

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**

**UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**

**CURSO DE BACHARELADO EM NUTRIÇÃO**

**NATÁLIA FERNANDES DO NASCIMENTO**

**MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA**

**FAMÍLIA: um título de autonomia nas questões da alimentação e  
nas relações de gênero.**

**CUITÉ/PB**

**2016**

NATÁLIA FERNANDES DO NASCIMENTO

**MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: um título de  
autonomia nas questões da alimentação e nas relações de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal de Campina Grande como requisito obrigatório para obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Orientadora: Prof. Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

Cuité-PB  
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA NA FONTE  
Responsabilidade Msc Jesiel Ferreira Gomes – CRB 15 – 256

N244m Nascimento, Natália Fernandes do.

Mulheres titulares do programa Bolsa Família: um título de autonomia nas questões de alimentação e nas relações de gênero. / Natália Fernandes do Nascimento. – Cuité: CES, 2016.

58 fl.

Monografia (Curso de Graduação em Nutrição) – Centro de Educação e Saúde / UFCG, 2016.

Orientadora: Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso.

1. Programa bolsa família. 2. Mulheres. 3. Autonomia.  
I. Título.

Biblioteca do CES - UFCG

CDU 614

NATÁLIA FERNANDES DO NASCIMENTO

**MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: um título de  
autonomia nas questões da alimentação e nas relações de gênero.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado a  
Unidade Acadêmica de Saúde da Universidade Federal  
de Campina Grande como requisito obrigatório para  
obtenção de título de Bacharel em Nutrição, com linha  
específica em Nutrição e Saúde Coletiva.

Aprovado em \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Msc. Vanille Valério Barbosa Pessoa Cardoso  
Universidade Federal de Campina Grande  
Orientadora

---

Professora Esp. Luciana Maria Pereira de Sousa  
Universidade Federal de Campina Grande  
Examinadora

---

Esp. Nuara Morais Freire  
Secretaria Municipal de Assistência Social de Cuité  
Examinadora

Cuité/PB  
2016

Aos meus Pais, Socorro e Antonio, por todo amor e confiança que investiram em mim, e por serem a força motriz da realização desse sonho que sonhamos juntos, aos meus irmãos Nayara e Manoel pela generosidade com que vivemos todo esse tempo, toda a atenção, dedicação, alegrias, choros, momentos e amores que dividimos sempre do nosso jeitinho, à medida que cada um precisava, às minhas avós Socorro e Francisca por sempre acreditarem no meu potencial quando nem eu mesmo acreditava, e por todos os valores morais transmitidos, aos meus tios e tias por serem a plateia mais entusiasmada e positiva da minha vida e por compartilharem das nossas preocupações colorindo os dias nublados, ao meu eterno caso de amor Thaislânio por ser de muitas formas e em diferentes circunstâncias o meu mais agradável porto seguro e proporcionar muitas felicidades e aprendizados em diferentes fases das nossas vidas, a Todos os que torceram por mim

Dedico.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Jeová Deus pelo dom da vida, pela saúde, pelas provisões materiais e espirituais, pelas dádivas imerecidas e principalmente pelo livre arbítrio, permitindo que as escolhas sejam guiadas por valores individuais subjetivos onde predomina a autonomia.

Agradeço imensamente aos meus pais, sem eles nada disso seria possível, eles são o motivo da minha persistência, são em todos os momentos meus heróis, meu maior orgulho, minha referência, agradeço ainda os cuidados mesmo longe, as preocupações em forma de proteção. O amor que sinto por vocês não seria mensurado jamais em uma expressão num papel. Devo-lhes tudo que sou. Muito obrigada por caminharem de mãos dadas comigo, e por vezes até me carregarem no colo. Amo-os mais que tudo.

Agradeço aos meus irmãos Nayara e Manoel por dividirem a vida comigo, sem vocês não haveria a mesma graça nos meus dias. Mesmo tão jovens demonstram muita maturidade, não conto as vezes que anularam seus próprios interesses para vivermos juntos esse sonho. Minha conquista também é para vocês. Amo-os.

Agradeço ao menor ‘serzinho’ da nossa família, mas para nós o maior amor, Enzo meu primeiro sobrinho, mesmo tão pequenino floresceu como uma longa primavera em minha vida, proporcionando a beleza de uma criança destemida descobrindo o mundo.

Agradeço grandemente a minha orientadora Vanille, minha querida tutora, que me acolheu e proporcionou as melhores oportunidades que vivi na minha trajetória enquanto acadêmica, muito grata por todos os ensinamentos, os quais levarei para a vida, agradeço por todo tempo e esforço empreendido para a realização deste trabalho, por sua paciência, confiança e amorosidade.

Agradeço a banca examinadora, pela aceitação favorável da participação e avaliação desse trabalho e pelas contribuições cedidas.

Agradeço ao meu amor Thaislânio pela compreensão, tamanha paciência, e cuidado, pela presença constante, por ser meu refúgio. Obrigada por contagiar meu mundo com sua alegria e serenidade, amo você.

Agradeço a todos meus familiares, tias, tios, avós, primos e primas, principalmente a Elisabete e Gorete por torcerem por minha felicidade. Amo vocês.

Agradeço ao Programa de Educação Tutorial (PET), em especial aos meus colegas “petianos”, em especial as petianas Normanda e Nayara por terem participado da construção deste estudo. Ao Núcleo de Pesquisa e Estudos em Nutrição e Saúde Coletiva – PENSO por

toda parceria e apoio durante minha graduação. Agradeço as demais professoras colaboradoras do Núcleo PENSO, Poliana, Luciana, Michelle. Ambos me proporcionaram um crescimento pessoal e acadêmico que jamais me seria agregado em outros espaços. Obrigada!

Agradeço as minhas amigas e companheiras, irmãs Ana Emília, Fátima Cândido, Heloísa, Gislayne, Jociely, Normanda, Naryele, Naiara e aos amigos Gualberto, Wesley, Bismarck, Delmiro, Martiniano, Sávio, Roberto e demais colegas pelo que compartilhamos. Agradeço aos meus queridos amigos formados na turma 2010 da escola Desembargador Licurgo Nunes e aos educadores e professores que por passaram cedendo conhecimentos e participando da minha formação crítica como cidadã. Agradeço ainda ao meu amigo 'Fabinho' que representou muitas vezes o papel de pai. Levarei as amizades para vida, obrigada por dividirem comigo tantos momentos durante a nossa graduação.

Agradeço a todos os professores e servidores da Universidade Federal de Campina Grande por toda contribuição.

Agradeço a todos os meus irmãos de fé, aos da congregação de Marcelino Vieira por cuidarem da minha espiritualidade ainda que à distância, especialmente ao ancião Francisco Santos e Viviane Santos pelos ternos conselhos e apoio que prestaram à minha mãe e minha irmã durante todo esse tempo da minha ausência, aos irmãos de Cuité por me acolherem com um caloroso amor cristão e por não me deixarem esquecer o quanto Jeová tem cuidados de nós, a estes por me fazerem provar da veracidade do Salmos 133:1: 'Vejam! Como é bom irmãos viverem junto em união'.

Muito obrigada!

## RESUMO

NASCIMENTO, N. F. **Mulheres titulares do Programa Bolsa Família: um título de autonomia nas questões da alimentação e nas relações de gênero.** 2016. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Nutrição) - Universidade Federal de Campina Grande, Cuité, 2016.

O Programa Bolsa Família (PBF) é o principal programa de combate à fome e a pobreza no Brasil. O programa tem atuação em três eixos: o primeiro é a transferência de renda, de caráter emergencial para o alívio da pobreza, o segundo eixo é a garantia dos direitos básicos à saúde e à educação por meio das condicionalidades do programa e o terceiro é a incorporação de programas complementares destinadas às famílias usuárias do Bolsa Família para impedir que a longo prazo haja a perpetuação da pobreza nas gerações seguintes. Nesse sentido, o programa atende famílias de baixa renda, transferindo recurso financeiro para um membro familiar, preferencialmente do gênero feminino, assim a mulher passa a ser titular de direito do cartão e cabe a ela responder economicamente e socialmente por seus dependentes familiares. Sendo assim, o presente estudo pretende identificar a influência do Programa Bolsa Família na vida de mulheres titulares de direito no tocante a alimentação e a autonomia, na cidade de Cuité, PB. Trata-se de um estudo transversal do tipo qualitativo de caráter descritivo, o qual teve a identificação amostral advinda de uma pesquisa anterior de caráter longitudinal. Participaram da entrevista nove mulheres com faixa etária de 24 a 60 anos, a maioria solteira, com filhos biológicos e outros dependentes familiares. Foi apreendido que a atuação do programa tem possibilitado mudanças perceptíveis na vida das mulheres, estimulando a uma reflexão de memórias de sofrimentos antes de ser titular do PBF, mas que após a aquisição dos recursos financeiros, apresentou melhorias, através da certeza dessa renda mensal, tornando possível o exercício da autonomia nas decisões familiares e pessoais, além de produzir autoestima, melhores oportunidade de trabalho e de estudo. Observou-se que a percepção sobre ser mulher ainda apresenta traços de feminilização do ato de cuidar, somado a uma noção de haver plenitude da mulher ao ser mãe. Em contrapartida, foi constatado uma concepção sobre ser mulher que coloca o gênero feminino em destaque, como sendo guerreira e determinada. Além disso, encontrou-se que a aquisição financeira permite uma ampliação das escolhas alimentares e modificação de hábitos alimentares com inserção



de alimentos saudáveis e ainda a inclusão de alimentos industrializados considerados mais baratos, porém prejudiciais à saúde. Diante do exposto torna-se necessário destacar a importância da criação de políticas públicas onde se possa haver uma discussão mais abrangente sobre os desafios enfrentados pelo gênero feminino das titulares do PBF, bem como a promoção de estratégias de Educação Alimentar e Nutricional para conduzir ao exercício de autonomia na construção de uma alimentação saudável.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família. Mulheres. Autonomia.

## ABSTRACT

NASCIMENTO, N. F. **Bolsa Família Program women holders: An autonomy title in feed issues and in the gender relations.**2016. 58 f. Final thesis of the course (Undergraduate Nutrition) - Federal University of Campina Grande, Cuité, 2016.

The Bolsa Família program (PBF) is the main combat program of famine and poverty in Brazil. The program has three actuation lines: First, income transfer, of emergencial nature for poverty alleviation, the second actuation line is the basic rights assurance to health and education through the program conditions and the third, the incorporation of complementary programs aimed to family users from Bolsa Família to assure in a long term the prevention of poverty perpetuation in the following generations. In this way, the program covers low wage families, transferring the financial resources to a family member, preferably, from feminine gender, thus the woman becomes card right holder and it is her responsibility to answer economically and socially to her dependents family members. Thus, the present study intends to identify the influence of Bolsa Família program in the life of women right holders concerning feed and autonomy, in the city of Cuité-PB. It is a qualitative transversal study of descriptive character, which had the sample identification from a longitudinal character of previous research. Participated in the interview nine women with age ranging from 24 to 60 years old, single in their majority, with biologic sons and other family dependents. It was learned that the program actuation has possibilited perceived changes in the life of women. Stimulating to a suffering memories reflections prior to be holder of the Bolsa Família Program, but after the financial resources acquisition, presented improvements, through the certainty of this monthly allowance, becoming possible the autonomy exercise in the family and personal decisions, besides of increasing self-esteem, better work and study opportunities. It was observed that the perception of being women still presents feminization traces of caring act, allied to a notion of plenitude in the motherhood. In other hand, it was verified a woman conception that places the feminine gender in highlight as being determined and fighter. Furthermore, it was found that financial acquisition allows an increasing in food choices and modification of eating habits with insertion of healthy food and yet the inclusion of industrialized food considered cheapest, but detrimental to health. In light of this, it becomes

necessary to highlight the importance of public policies implementation which might propose a broader discussion about the challenges faced by the feminine gender holders of Bolsa Família Program, as well as the strategies promotions of food and nutritional education to conduct to the autonomy exercise in the construction of a healthy alimentation.

**Words Keys:** Bolsa Família program. Women. Autonomy

## **LISTA DE SIGLAS**

CNPQ- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

DHAA - Direitos Humanos de Alimentação Adequada

EBIA - Escala Brasileira de Insegurança Alimentar

FNAS - Fundo Nacional de Assistência Social

IBASE - Instituto Brasileiro de Análise Sociais e Econômicas

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome

MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário

PBF - Programa Bolsa Família

PNAA - Programa Nacional de Acesso à Alimentação

SAN - Segurança Alimentar e Nutricional

SUS - Sistema Único de Saúde

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UFMG - Universidade Federal de Campina Grande

UNE - União Nacional dos Estudantes

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>OBJETIVOS.....</b>	<b>15</b>
2.1 OBJETIVO GERAL.....	15
2.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS.....	15
<b>3 REFERENCIAL TEÓRICO.....</b>	<b>16</b>
3.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	16
3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	19
3.3 QUESTÃO DE GÊNERO: A MULHER NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	21
3.4 AUTONOMIA.....	23
3.5 ALIMENTAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMILIA: UMA RELAÇÃO DE AUTONOMIA.....	26
<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>27</b>
4.1 DESENHO E POPULAÇÃO DO ESTUDO.....	27
4.2 COLETA DE DADOS.....	28
4.3 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS.....	29
4.4 ANÁLISE DE DADOS.....	29
4.5 ASPECTOS ÉTICOS.....	30
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....</b>	<b>30</b>
5.1 A VIDA ANTES E DEPOIS DO BOLSA FAMÍLIA: MEMÓRIAS DAS MULHERES.....	32
<b>5.1.1 Trabalho fora ou dentro do lar.....</b>	<b>32</b>
<b>5.1.2 Relacionamentos conjugais e as relações de gênero.....</b>	<b>35</b>
<b>5.1.3 Abastecimento de gêneros alimentícios.....</b>	<b>40</b>
5.2 CONCEPÇÃO DAS MULHERES CHEFES DO DOMICILIO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA.....	43

<b>5.2.1 O Programa Bolsa Família como renda familiar única.....</b>	<b>43</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>46</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>55</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Como principal programa de combate à fome no Brasil, o Programa Bolsa Família tem beneficiado a população que se encontra em situação de pobreza ou extrema pobreza em todo país. Baseando-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família age em três eixos: primeiro, a transferência de renda, a qual promove o alívio imediato da pobreza; o segundo eixo de ação se dar através das condicionalidades impostas às famílias titulares, as quais reforçam o acesso a direitos sociais no que diz respeito à educação, saúde e assistência social; e o terceiro eixo de ação se dar por meio dos programas complementares, os quais incorporam a intersetorialidade entre as políticas públicas com objetivo de desenvolver as famílias beneficiárias para que consigam superar a situação de vulnerabilidade (BRASIL, 2016).

Para isso o governo federal deposita, mensalmente, uma quantia para as famílias que fazem parte do programa. O valor que é repassado leva em consideração a quantidade de membros do núcleo familiar, e é sacado por meio de cartão magnético, o qual é emitido preferencialmente em nome da mulher (BRASIL, 2014).

Assim, esse programa de transferência de renda coloca a mulher enquanto interlocutora dessa ação social de combate à fome e a pobreza. Impondo a essas mulheres a responsabilidade de realizar o cumprimento das condicionalidades exigidas pelo programa, a responder pelos membros do seu núcleo familiar e a gerenciar a renda e as despesas da família (CARLOTO; MARIANO, 2009). Desse modo, faz-se uma reorganização política e social em relação ao gênero feminino e ao modo como ele está sendo posicionado na sociedade culturalmente.

A história mostra que o gênero feminino foi durante muito tempo símbolo de submissão e fraqueza e que algum tempo atrás não se podia conceber que uma mulher fizesse parte dos assuntos de cidadania social. No livro “A Dominação Masculina”, Bourdieu (2002), argumenta que há legitimidade e naturalidade social na dominação masculina sobre a mulher. Mediante isso, ele afirma que as mulheres são colaboradoras da reprodução desses estigmas, havendo assim um certo consentimento para dominação. Conseqüentemente perdurou-se uma desigualdade social baseada no corpo, o qual regia a desvalorização do ser humano enquanto fêmea, onde as mulheres eram submissas aos seus pais para aprenderem a ser também, posteriormente, aos seus maridos.

Em contraste com essa cultura ‘machista arcaica’, uma política pública que deposita no gênero feminino a confiança para o alcance de metas nacionais como combate à fome e à pobreza representa um avanço social para os discursões de igualdade de gênero. O Programa de Transferência de Renda, o Bolsa Família conduz as mulheres titulares à uma época de execução de direitos, na qual elas são estimuladas a exercerem um novo lugar na família e na sociedade através do poder financeiro, para a aquisição de bens materiais e de produtos alimentícios para o consumo familiar, de modo que assumem, simultaneamente, as responsabilidades inerentes a um chefe de família.

Essas modificações na sociedade conduzidas pelas ações sociais e programas de transferência de renda podem ter uma contribuição significativa, não apenas em termos financeiros no núcleo familiar, mas também é provável que confira ao grupo do gênero feminino maior autonomia das suas decisões, poder de escolha individual e familiar, com acesso a serviços públicos e a alimentação, crédito e compra de gêneros alimentícios ou não, além de reafirmação dos direitos sociais (CAMPELO; NERI, 2013).

Tendo como condução a seguinte pergunta: o benefício do Programa Bolsa Família confere as mulheres titulares mudanças na vida familiar e social perceptíveis?

Sendo considerado fenômeno de impacto na vida de diversas famílias, há a hipótese de que esse programa social pode ser o responsável por mudanças que dizem respeito à subjetividade do indivíduo titular em relação ao seu trabalho, a aquisição de bens materiais e aos seus hábitos alimentares.

Tendo em vista que o cenário nacional brasileiro tem sido constantemente modificado é importante, do ponto de vista geral, visualizar a importância e os efeitos produzidos em mulheres titulares, mesmo depois de mais de uma década da implantação desse Programa de Transferência de Renda, o Bolsa Família.



## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Identificar a influência do Programa Bolsa Família na vida de mulheres titulares de direito no tocante a alimentação e a autonomia.

### **2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Caracterizar a alimentação da família;
- Compreender a percepção sobre o que é ser mulher do Programa Bolsa Família;
- Aprender as memórias acerca de questões relacionadas a relação conjugal e trabalho fora de casa antes do ingresso ao Programa Bolsa Família;
- Observar as mudanças ocorridas após o acesso ao programa de Transferência de Renda.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

#### 3.1 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

A sociedade capitalista, diferentemente do que se acreditava inicialmente, não conseguiu gerar empregos para todas as pessoas, ao invés disso, intensificou as desigualdades sociais e econômicas, conseqüentemente o fenômeno da pobreza tem continuado a ser uma característica da maior parte da população mundial. Essa elevação dos níveis de pobreza mundial foi assumida pelos próprios organismos multilaterais do capitalismo, quando de acordo com um relatório elaborado na Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento e apresentado no ano de 2007 afirmava que ‘a globalização estava agravando a armadilha da pobreza internacional, revelando ainda que, nos 49 países mais pobres do mundo, os números de pessoas que viviam com menos de um dólar por dia havia mais do que duplicado em um tempo relativo de 3 décadas, um número equivalente a 65 % da população desses países’ (UNCTAD, 2010).

A relação de diferença entre os de maior poder aquisitivo e os menos favorecidos causou a sociedade como um todo um impacto de insegurança pessoal com aumento da violência urbana, a aglomeração de famílias em locais de insalubridade, os quais podem ser um fator condicionante ao aumento de doenças infectocontagiosas, deficiências nutricionais desenvolvidas por carências alimentares e a desorganização da camada popular em vulnerabilidade social. Portanto, a pobreza passa a assumir a natureza de um problema social, deixando de ser uma adversidade privativa dos indivíduos que a vivenciavam e passa a ser um atributo estatal (SANTANA, 2007).

O Estado começa, então, a entender que é necessário combater a pobreza para alcançar o bem-estar social, procurando de diversas formas enfrentar esse problema e amenizar as desigualdades sociais. Contudo, suas ações sempre estiveram pautadas em valores solidários, o que mistificava os reais problemas que condicionava a pobreza e colocava os sistemas de proteção social em um patamar de caridade. Um exemplo disso foram as iniciativas da América Latina, inclusive no Brasil, de implantar sistemas direcionados para os seguimentos econômicos, onde uma minoria era direcionada por estar no mercado de trabalho formal, enquanto os de fato mais pobres e em instabilidade financeira continuavam marginalizados. Apenas na década de 90, no Brasil, a pobreza passou a ser considerada um fenômeno estrutural da sociedade brasileira, ganhando espaço para o debate entre os governos para a criação de estratégias voltadas a redução das desigualdades sociais (COHN, 2004).

Nessa época os debates sobre o tema já aconteciam no cenário internacional a quase uma década, questionando-se a viabilidade da manutenção dos Sistemas de Proteção Social, de assistencialismo e de garantia da renda mínima. Por isso que programas desse tipo passaram a receber o apoio do Banco Mundial e de pesquisadores neoliberais. Afirmou-se então, como obrigação do Estado garantir a renda mínima para os mais pobres ainda durante a vida ativa, além de o fazê-lo também durante a velhice (MARQUES, 2008).

Em acordo com o primeiro artigo da Lei Orgânica de Assistência Social, (LOAS), a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, a ser realizada através da integração de conjuntos que atendessem as necessidades básicas dos indivíduos. Somando-se a isso, a constituição de 1988, contribuiu para a concretização da LOAS como uma política pública social no campo da universalização dos direitos aos acessos e às responsabilidades estatais, direcionando a garantia da dignidade do ser humano sem fazer menção ao assistencialismo contributivo. Essa mudança de concepção configurava-se na possibilidade do reconhecimento da legitimidade pública para defender os interesses e as necessidades das camadas mais empobrecidas da sociedade e tornar possível o pensamento de estratégias de combate à pobreza (MARTINS, 2008).

Dessa forma, o Brasil avança com crescentes políticas para aferrar a pobreza com os Programas de Transferência de Renda. Segundo Giovanni e colaboradores (2007) essa “rede de proteção social” formada por vários programas podem ser divididos em alguns momentos históricos, e os delimita em cinco momentos: o primeiro, aconteceu em 1991, a partir do projeto de lei nº 80/1991 que propunha a instituição do Programa Garantia de Renda Mínima para todo brasileiro com mais de 25 anos de idade, na época esse projeto permaneceu com parecer favorável para a aprovação da Câmara Federal. O segundo momento se deu ainda no ano 1991 e estendeu-se até 1993, quando José Márcio Camargo defendeu uma proposta de que a Renda Mínima devia ser articulada com a escolarização das crianças em idade escolar, que também não repercutiu, mas influenciou o terceiro momento, em 1995, no qual houve as implantações das experiências pioneiras na distribuição de renda em níveis municipais nas cidades de Campinas, Ribeirão Preto e Santos pertencentes ao Estado de São Paulo e no município de Brasília no Distrito Federal. Já o quarto momento ocorreu em 2001, quando a Transferência de Renda atingiu um nível nacional com o Projeto de Lei nº 266/2001, que propunha a instituição de uma Renda de Cidadania incondicional para brasileiros e estrangeiros.

Contudo, só a partir de discussões que buscassem entender os fenômenos determinantes da pobreza, que se poderia chegar a estratégias realmente eficazes para

combatê-la. Diante da complexidade do desafio, a intenção era de implementar programas que reduzissem os efeitos da desigualdade social de forma rápida. Como maior consequência da pobreza estava a prevalência da fome, necessidade mais urgente a ser enfrentada, seus impactos na saúde, a baixa escolaridade e situação de moradia. Implicando em ações que atingissem objetivos a curto, médio e longo prazo (SANTANA, 2007).

Foi pensando nisso, que ocorreu o quinto momento, marcado pela abrangência nacional que atingiu, quando foi criado em janeiro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o qual tinha como objetivo primordial promover a inclusão social, a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a assistência integral e uma renda mínima direcionada às famílias identificadas como estando em situação de pobreza. Para atingir a finalidade, foram implementados vários programas e políticas públicas de desenvolvimento social, realizando a gestão do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e aprovando os orçamentos gerais do Serviço Social da Indústria (Sesi), do Serviço Social do Comércio (Sesc) e do Serviço Social do Transporte (Sest). O alcance desses objetivos tem se dado prioritariamente por meio dos programas de transferência de renda, nos quais a participação é efetivada a partir da caracterização das famílias de baixa renda por meio do instrumento chamado Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, o qual permite o reconhecimento da realidade socioeconômica das famílias através das informações de todos os integrantes do núcleo familiar. Suas informações são regulamentadas pelo Decreto nº 6.135/07, pelas Portarias nº 177, de 16 de junho de 2011, e nº 274, de 10 de outubro de 2011, e Instruções Normativas nº 1 e nº 2, de 26 de agosto de 2011, e as Instruções Normativas nº 3 e nº 4, de 14 de outubro de 2011, e podem também ser utilizadas pelos governos estaduais e municipais para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas, possibilitando o desenvolvimento de políticas sociais locais. O Cadastro Único faz a distinção de qual o programa que se adéqua a cada família, pela análise do per capita familiar, sendo assim utilizado para selecionar os indivíduos e famílias que serão beneficiadas (BRASIL, 2014).

Carvalho Jr (2006) verificou que os Programas de Transferência de Renda no Brasil cresceram exponencialmente durante metade da primeira década de 2000, e houve redução dos demais serviços assistenciais. De modo que, essas transferências contribuíram para aliviar os efeitos da pobreza e reafirmar a seguridade social em diferentes aspectos da vida das famílias em vulnerabilidade social.

Diante de tudo isso, um programa que tem ganhado destaque como propulsor dos avanços sociais é o Programa Bolsa Família (PBF).

### 3.2 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Ainda considerando o contexto da aplicação das políticas públicas de transferência de renda, segundo Giovani, Silva e Yasbek (2007), foi realizada uma análise dos programas sociais em desenvolvimento no Brasil, no ano de 2002, diagnosticando sérios problemas de execução e administração, entre os quais foram citados a existência de programas concorrentes tanto em seus objetivos quanto em seu público alvo, porém eram implementados por Ministérios distintos; a ausência de uma coordenação geral e de planejamento, o que acarretava em desperdício dos recursos e limitava a sua abrangência; falta de vinculação dos programas com outras políticas setoriais; fragmentação dos programas, havendo falta de articulação nas esferas municipais de governo; o orçamento destinado era insuficiente, impossibilitando a produção de impactos nos beneficiários e também foram identificados problemas no sistema de seleção das famílias participantes.

Em decorrência dessas adversidades mencionadas acima, viu-se que era inevitável que se fizesse ajustes para que a transferência de renda se aproximasse do alcance de seus objetivos em direção ao desenvolvimento social. A regulamentação das inconformidades fora proposta pela unificação de todos os Programas de Transferência de Renda anteriores em apenas um programa que englobasse as reais necessidades do núcleo familiar (MARQUES, 2008).

Desse modo, surgiu o Programa Bolsa Família, implantado pelo Governo Federal Brasileiro instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 (BRASIL, 2004b), e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004 (BRASIL, 2004a), o qual unificou os programas sociais anteriores tais como: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação em um único programa que consolidasse o atendimento as necessidades da família como sendo um núcleo variável em concordância com a quantidade de membros e o ciclo de vida ao qual estes pertencem, priorizando as crianças e adolescentes (SANTANA, 2007).

Na época, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), órgão que pertencia ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social de Combate à Fome, o qual deixou de existir e passou a ser Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) em 2016 no governo interino do então Presidente Michel Temer, e, portanto, era responsável pelo gerenciamento do programa. O principal objetivo do Programa Bolsa Família é: aliviar a pobreza de forma imediata, por meio da transferência direta de renda às famílias; contribuir para a redução da pobreza e para o combate da fome e da miséria. De modo que, os objetivos do PBF está para

além de um caráter emergencial, pois se constitui não só em um programa que transfere renda às famílias, mas ele também tem proporcionado benefícios de longo prazo por meio das exigências feitas em forma de condicionalidades para participação e continuidade do benefício e que agem como coadjuvante no desenvolvimento de capital humano entre as famílias pobres (MDS, 2008). Para atender a esses objetivos, esse programa criado em outubro de 2003, se estabeleceu tendo como base a posse de três eixos principais, entre eles, o primeiro é tido como medida rápida, o Complemento da Renda, no qual as famílias recebem uma quantia em dinheiro repassada mensalmente diretamente pelo governo federal para a conta bancária do titular; o segundo e muito importante o acesso aos direitos sociais básicos, esse está intimamente relacionado ao cumprimento das condicionalidades, uma vez que atua como reforço do direito ao acesso à saúde, à assistência social e também à educação; nesse último, não apenas se restringindo ao ensino básico, antes possibilitando também o acesso ao nível técnico e superior por viabilizar o ingresso dos componentes do núcleo familiar através deste terceiro eixo, a Articulação com outras ações, como por exemplo as cotas socioeconômicas, com capacidade de integrar e articular com as demais políticas sociais, esse tem permitido o desenvolvimento familiar promovendo a superação da vulnerabilidade e propiciando o rompimento do ciclo da pobreza (BRASIL, 2016).

Um aspecto que torna o Programa Bolsa Família mais relevante e de maior impacto na vida dos seus usuários é o fato dele ser considerado uma renda fixa a nível familiar, independente se existe filhos em idade escolar ou não, ou seja, no caso de uma família que tenha criança será recebido um valor do núcleo familiar, nomeado de valor básico, e que é somado a um valor determinado para a criança, mas que quando esse dependente se tornar maior de idade e/ou deixar de ser dependente, essa família ainda continua recebendo o valor básico, dispensando, assim, algumas condicionalidades. Embora, se existir na família crianças em idade escolar, estas devem estar devidamente matriculadas na escola e manter uma frequência regular, além disso deve-se cumprir com o calendário de vacinações, atendendo a essas e demais condicionalidades impostas pelo programa. Segundo Marques (2008), a existência de um valor fixo como parte do programa, independentemente de outras condicionalidades que não a do nível de pobreza, pode ser entendido como um pequeno embrião de uma fonte de renda mínima, a qual somada aos recursos familiares é considerado o mínimo que uma família necessita para viver.

As condicionalidades mencionadas anteriormente devem ser encaradas como um contrato entre a família e o poder público, com responsabilidades mútuas de ambas as partes, pois enquanto a família exerce o direito de acesso aos demais segmentos de responsabilidades

estatais, como a saúde e a educação, o estado em contrapartida promove a ampliação dos direitos sociais básicos, na tentativa de inteirar os objetivos de longo prazo, impedindo que as famílias permaneçam no ciclo da pobreza por proporciona-lhes melhores oportunidades de estudo e de trabalho para as próximas gerações, bem como uma assistência continuada da promoção e prevenção da saúde, assegurando o bem estar social para o futuro dos membros familiares (MEDEIROS et al., 2007).

Outra estratégia de superação da vulnerabilidade, além do valor do recurso repassado, é a articulação que é feita com outros programas complementares, incluindo programas de geração de trabalho e de renda, através de cursos em parcerias com as Secretarias de Assistências Sociais municipais, programas de combate ao trabalho infantil e escravo, Programas de Alfabetização de Jovens e Adultos, programas que promovem a inclusão e o ingresso ao ensino de nível superior e programas de acesso à energia elétrica. Segundo Martins (2008), além de ter outros programas interligados, há muitas possibilidades a serem trilhadas pelos titulares do programa, pois com o repasse do recurso financeiro as famílias podem decidir o que consideram ser necessidade básica familiar, não havendo necessidade de comprovar a forma de utilização desse recurso. Ainda que em muitos estudos seja apontado que maior parte dos recursos são direcionados para compra de alimentos.

De fato, Medeiros et al (2007), observou que a transferência de renda tem permitido um aumento do consumo de bens e serviços por parte dos usuários do programa, estimulando o investimento e desenvolvendo o comércio local, por isso considerou que os impactos positivos promovidos pelo programa em questão são indiscutíveis, quando visualizados as reduções da pobreza e das desigualdades sociais.

Desde a sua criação, o Programa Bolsa Família tem tomado grandes proporções, as quais passam a impactar não somente os beneficiários do programa, com o acesso a renda, o que os possibilita o poder de compra, como também repercute em mudanças de realidades refletidas na sociedade brasileira como um todo, principalmente no gênero feminino o qual tem sido alvo prioritário desse programa nos últimos anos.

### 3.3 QUESTÕES DE GÊNERO: A MULHER NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Durante muitas gerações o gênero feminino está resignado a sujeição a outrem de diversas formas. Martha Nussbaum (1995), relatando sua experiência de pesquisa com mulheres na Índia, afirma o quanto as tradições e a cultura podem ser fatores de opressão e de injustiça, consequentemente constringendo os movimentos das mulheres. John Stuart Mill

(2013), quando se refere ao fato de que a dominação masculina e seus desdobramentos políticos, em sentido amplo, supõem instituições sociais e culturais que a apoiam e a reproduzem, operando fundamentalmente sobre as emoções e os sentimentos e não apenas através de ações diretas, demonstrando assim, que as mulheres não são treinadas apenas para servirem aos homens, sejam maridos, pais ou irmãos mais velhos, mas em muitas culturas são forçadas a subordina-se a esses nas decisões pessoais por aceitá-los como principais supridores ou mesmo como gestores financeiros do salário que é ganho pelo trabalho do próprio indivíduo do gênero feminino. Esse tipo de prática reproduzido ao longo de gerações estabeleceu um modelo/padrão indevido de assimetria de poderes entre homens e mulheres (SILVEIRA, 2012).

A categorização de gênero passou a ser utilizada e estudada no Brasil a partir da década de 1970, concomitantemente aos movimentos sociais (FARAH, 2004). Esses estudos conduziam a reflexão da construção histórica, sociocultural e eram acusados de aspirar ao movimento feminista, alvo de muitas críticas, mas que induziu ao novo significado da questão de gênero, no qual esclarecia que as relações de gênero não eram consequência da existência de um sexo masculino e outro sexo feminino, mas sim pela transformação social imposta para homens e mulheres observadas desde a infância (OSTERNE, 2001).

Essa relação desigual se expôs durante muito tempo em esfera social quando observada as desigualdades das condições de trabalho pela divisão sexual, influenciando nas escolhas do tipo de trabalho, na remuneração, ou quando não na insatisfação do cumprimento dos direitos trabalhistas direcionados às mulheres sentido e demonstrado pelos contratantes. Contudo, desde a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, em 2003, a qual tem por objetivo combater todas as formas de preconceitos e discriminação legada por uma sociedade patriarcal, a equidade de gênero tem sido um aspecto de relevância para criação de políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e a valorização da mulher, defendendo a sua inclusão no processo de desenvolvimento social do país (BRASIL, 2016).

Dentre essas iniciativas de políticas públicas direcionadas às mulheres, o Programa Bolsa Família prioriza a mulher como titular, conforme a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, diz: “O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher” (BRASIL, 2004).

Sendo assim, a mulher passa a ser a representante do núcleo familiar. Neste instante, a mulher é percebida pelo seu papel feminino ancestral do “ser mãe”, configurando-se como criatura do cuidado, deixando recair sobre a mesma o compromisso do atendimento às condicionalidades junto ao estado, assumindo as responsabilidades de guardiã das crianças e



adolescentes vinculadas ao seu benefício, mesmo quando estes são seus netos ou sobrinhos sob sua custódia recriando o termo de maternidade para “maternagem”, termo no qual a mulher assume a posição de mãe social, pois essa terá que realizar o Cadastro Único, atualizar esse cadastro a cada modificação do núcleo familiar e no período determinado, receber o recurso, aplica-lo em benefício da família, participar das reuniões referentes ao programa, garantir que as crianças e adolescentes tenham acesso aos estudos, realizar as medidas antropométricas no tempo determinado pela gestão, participar de programas de saúde como o pré-natal, e segundo Carloto e Mariano (2009) tudo isso pode estabelecer o papel da mulher na família e na relação com o Estado, onde por um lado pode estar contribuindo para a cristalização dos papéis de gênero, e por outro é uma tarefa que condiciona a mulher à participação social para viabilizar o seu exercício da cidadania enquanto mulher portadora de direitos e de deveres.

Para Moreira e colaboradores (2012), a inserção da mulher como titular representa a conquista da emancipação feminina. A mulher consegue passar a ter autoestima por ter a posse do que é para ela, não só um cartão de uma conta bancária, antes é a garantia de renda fixa mensal que assegura as necessidades básicas de sua família, e é isso que lhe confere um maior poder. A garantia do crédito para a compra de itens domésticos básicos produz resultados positivos na vida das mulheres titulares, proporcionando-lhes autonomia.

### 3.4 AUTONOMIA

A autonomia não é um termo recente nem tão pouco lhe foi atribuído definição delimitada de significado. Entretanto, sua conceituação tem passado por processos construtivos em diferentes contextos sociais, podendo, portanto, assumir características variáveis em âmbitos culturais, econômicos e políticos. Por isso é importante entender os conceitos que permeiam o uso dessa expressão, de modo a facilitar a discussão desse estudo (HABERMAS, 2007).

No contexto histórico e filosófico, o conceito de autonomia surge da construção da autocompreensão a partir das comunidades cristãs, a qual rompia as antigas tradições consideradas pagãs, havendo um entendimento de liberação progressiva, no qual o sujeito assume relevância inseparável da reivindicação da liberdade de pensamento. A autonomia é uma palavra derivada do grego, formada pelo adjetivo pronominal *autos* (significa ele mesmo ou por si mesmo) e *nomos* (significa lei do compartilhar), ou seja, é a capacidade de dar-se sua própria lei. Segundo o estudo de Segre et. al (2009) sobre o princípio filosófico da

autonomia ele sugere estar associado a capacidade de dominância e de exercício do livre arbítrio, tornando o indivíduo capaz de determinar por si mesmo as suas escolhas ou ainda, autonomia pode ser denominada como “faculdade de dominar a si próprio”.

Ao longo do tempo a autonomia referia-se à forma de governar, por isso só tinha autonomia quem pudesse estar no comando da sociedade e hábito para governar, sendo esses considerados cidadãos de fato, enquanto os escravos e as mulheres eram, portanto, excluídos pelas leis da regência. Estando, este tema, por diversas vezes associado à ideia de participação social ou vinculadas a participação política. Só na modernidade que foi incorporado às discussões sobre autonomia em algumas reflexões com visão filosófica, associando-a a um ato de liberdade e deliberação. Isso fez com que a autonomia assumisse o pressuposto de racionalidade, de atendimento das vontades pessoais, e pressupõe também a ação de um comportamento escolhido diante de uma determinada situação, seja ela uma atitude positiva ou negativa. Para conseguir fazer a melhor escolha o indivíduo precisa conhecer a si mesmo, saber quem é e o que quer exatamente. Segundo Habermas, (2007), filósofo alemão, a exata compreensão de si, facilita o processo de tomadas de decisões do cotidiano.

No campo social e político o tema autonomia foi emergido na metade do século XIX, tendo discussões mais fortalecidas nas primeiras décadas do século XX, quando foi estampado nas bandeiras de diferentes lutas a favor dos movimentos operários, destacando-se dentre eles, a formação dos comitês de fábrica durante a revolução Russa, em 1917; a coletivização de empresas agrícolas e industriais durante a Revolução espanhola em 1936 com duração de três anos; as comunidades de trabalho na França, em 1945; o movimento autônomo de trabalhadores da Polônia, em 1970; os conselhos de fábrica da Itália nos anos de 1920, entre outras, que após movimentos grevistas culminaram nos trabalhadores sendo encarregados de assumirem o controle sobre as fábricas por formarem conselhos que permitiam o direcionamento técnico e administrativo. Nessa perspectiva a autonomia era vista como um bem coletivo e, portanto, refazendo o pensamento de autonomia para uma necessidade fundamentada na democracia. Isso intensificou os debates políticos da época para decidir a macroestrutura da sociedade em nível de Estado, o qual se apresentava como hierárquico, autoritário e promotor das injustiças sociais, foi então quando surgiram às primeiras inspirações anarquistas projetando uma noção de autonomia mais individualizada e menos coletiva, através do pensamento libertário nascia a ideia de o indivíduo defender a busca de sua identidade própria e seu conceito de autonomia (MARTINS, 2002).

Em estudo sobre a abordagem interdisciplinar da autonomia, Sá e Oliveira, (2007), defenderam a afirmativa de que o ser humano não nasce autônomo, mas torna-se autônomo ao

longo da vida, para isso acontecer há a interferência de fatores como as estruturas biológicas, psíquicas e socioculturais, os quais são capazes de determinar o grau de autonomia que será desenvolvida pelo indivíduo. Isso torna a busca da autonomia individual uma tarefa complexa diante das imposições sociais. Ademais, o fator cultural e o fator de carência da situação socioeconômico são capazes de limitar a autonomia dos indivíduos.

Esse fato induziu os indivíduos a partirem no encalço da autonomia através dos meios de dominâncias socioeconômicas. O sociólogo alemão Georg Simmel, autor do livro *Filosofia do dinheiro* publicado em 1900, agora em Simmel (1977), mostrou que o dinheiro possui dimensões que proporcionam certa liberdade, porque introduz, mesmo em níveis mínimos, a capacidade de escolha e de desejo das pessoas. É dotado de fortes funções simbólicas, pois torna seus portadores “pessoas mais determinadas”, mais respeitáveis e respeitadas em um mundo dominado pelas relações mercantis; torna-as mais capazes de decidir sobre suas vidas, e, por isso, assimilando-se às outras. Já a economista Amartya Sen teoriza que a liberdade das pessoas depende do leque de opções concretas que lhes permitem realizar atos ou alcançar estados que consideram valiosos (SEN, 2000). Sendo assim, é de se esperar que ao adquirir condições financeiras mais favoráveis, o indivíduo se sinta mais livre e disposto ao exercício de autonomia, fazendo com que essa pessoa saia da situação de vulnerabilidade social que o impedia de fazer escolhas simples sobre a sua vida e a forma de gerenciar sua família, como por exemplo, o tipo de moradia que deseja ter, o tipo de trabalho que almeja desempenhar, a escola na qual julga mais adequada para a melhor educação dos filhos, o estilo no qual deseja se vestir, o tipo de lazer que pode proporcionar para à família.

Partindo desse entendimento, afirma-se que Programas de Transferência de Renda, como o Programa Bolsa família são capazes de promover uma autonomia econômica a famílias atendidas por esse programa de política pública. Essa Política de Assistência Social, da qual o Programa Bolsa Família é componente, é relevante por compreender além de uma deliberação financeira do indivíduo, uma liberdade de expressão social. Ainda mais por se direcionar às mulheres como titulares, pois isso atribui uma liberdade da dominação do gênero feminino impulsionada pela situação financeira. Nessa condição, as mulheres são provedoras do seu próprio sustento, e o da sua família, decidindo por dominação própria uma melhor forma de gerenciar suas escolhas, criando possibilidades do exercício da autonomia. De maneira intencional para o desenvolvimento social, as políticas públicas, no desafio da igualdade de gênero, devem estar voltadas para inserção e permanência das mulheres no mundo do trabalho e ampliação dos seus direitos sociais (BRASIL, 2014). Além disso, a

autonomia de escolha e de satisfação pessoal do desejo tem abrangência no âmbito alimentar, através do poder de aquisição de gêneros alimentares e das escolhas dos mesmos.

### 3.5 ALIMENTAÇÃO E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: UMA RELAÇÃO DE AUTONOMIA

O conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) está em permanente construção e é assunto de debates em vários segmentos da sociedade no Brasil e no mundo, pois é uma questão relacionada a diversos interesses de aspectos sociais, culturais, políticos e econômico. No Brasil o conceito de SAN foi proposto na I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, como sendo a garantia, a todos, de condições de acesso a alimentação básica de qualidade e que seja em quantidade suficiente, de maneira permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas (Brasil, 1986).

E esse entendimento se estende para duas dimensões, sendo a primeira dimensão alimentar, a qual se refere a disponibilidade dos alimentos nos processos de produção, comercialização e acesso ao alimento, devendo ser autônoma para que se alcance a autossuficiência nacional dos alimentos básicos; a segunda dimensão é nutricional, a qual está relacionada à escolha dos alimentos, a forma do preparo, ao consumo e também à saúde tendo em vista a utilização biológica do alimento. E recentemente tem ganhado forças a dimensão de soberania alimentar, a qual defende o direito de cada povo de fazer a definição de políticas para garantir a SAN (ABRANDH, 2013). Afirmada pela Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei de nº 11.346/2006, que a SAN deve ter como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambientais, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A LOSAN impulsionou os avanços da promoção e garantia dos Direitos Humanos à Alimentação Adequada (DHAA) objetivando a política de SAN.

O DHAA é direitos pertinentes aos seres humanos, pelo simples fato de pertencer a essa espécie. Estes direitos garantem às pessoas condições básicas que lhe permitam levar uma vida digna, com acesso a liberdade, à igualdade, à saúde, ao trabalho, à educação, à moradia, à terra, à água e alimentos de qualidade, entre outros, sendo esses inalienáveis, que não pode ser transferido ou negociável; universal, aplicável a todos seres humanos sem distinção; interdependentes pois a realização de um requer a garantia dos demais e indivisíveis porque todos os tipos de direitos são igualmente necessários (LEÃO; RECINE, 2011).

Em análise da relação entre o Programa Bolsa Família e SAN, Cotta e Machado (2013), confirmam que no Brasil a dificuldade do acesso ao alimento de forma regular e permanente está relacionada à insuficiente renda, sendo a pobreza um empecilho para o indivíduo de menor poder aquisitivo e por sua vez determinante da insegurança alimentar. De modo que, o programa de transferência de renda, o Bolsa Família tem uma designação de relevância no combate à fome e na garantia dos DHAA. Para consolidar as políticas públicas direcionadas às famílias em situação de insegurança alimentar é então criado O Programa Nacional de Acesso à Alimentação (PNAA), pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, que pretende promover a SAN mediante o acesso ao alimento, seja mediante um cartão de transferência de renda ou pela obtenção ao alimento em espécie (BRASIL, 2016). Ademais, o fato do dinheiro ser transferido diretamente na conta da titular do Programa Bolsa Família assegura a esta a liberdade de escolha alimentar de acordo com sua cultura, e seus hábitos alimentares, proporcionando a autonomia na decisão de como utilizar o recurso recebido mensalmente.

## **4 METODOLOGIA**

### **4.1 DESENHO E POPULAÇÃO DO ESTUDO**

Trata-se de um estudo transversal do tipo qualitativo de caráter descritivo, com identificação amostral através de uma pesquisa anterior de caráter longitudinal.

O estudo foi desenvolvido especificamente com mulheres titulares do Programa Social de transferência de renda Bolsa Família domiciliadas no município de Cuité/PB, as quais foram rastreadas através de um projeto de pesquisa sobre Insegurança Alimentar e Nutricional e acesso aos programas sociais, sendo o mesmo de caráter longitudinal e financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), nomeado Segurança Alimentar e Nutricional: formação de uma política local em município de pequeno porte, no qual foram entrevistadas 359 domicílios no ano de 2011 e retornaram-se a essas mesmas famílias no ano de 2014. Por se tratar de uma pesquisa reflexiva acerca de possíveis alterações advindas da inserção ao Programa Bolsa Família, para a realização do presente estudo foram selecionadas, após a finalização do trabalho de campo do estudo primário, as famílias nas quais tinham a mulher que se autodenominasse como chefe do domicílio, tendo as mesmas se tornado titulares do programa de transferência de renda em questão a partir do

ano de 2012. Tal seleção foi possível por meio da utilização dos recursos do programa SPSS for Windows versão 11.0, o qual permitiu a identificação de 9 famílias, que atendiam aos requisitos de seleção em relação ao tempo de acesso ao programa e a chefia do domicílio, possibilitando assim, a realização deste segundo estudo.

A abordagem qualitativa é considerada como um método de pesquisa reflexivo que considera a experiência própria no campo de estudo, tornando possível uma participação dinâmica e ativa entre os agentes sociais (GEERTZ; 1989). Segundo Minayo (2000), o estudo do tipo qualitativo se fundamenta na simbologia das ações e relações humanas. A indução a esse tipo de pesquisa se dar pelo reconhecimento de que a realidade ocorre em contextualização social nas relações humanas (GUBA; LINCOLN, 2005). As características operacionais desse tipo de estudo resultam em um pequeno número de unidade de amostra, composto por descrições detalhadas de situações relativas aos dados coletados do sujeito, que englobem seus hábitos, pensamentos, experiências e crenças (LEININGER, 1994). De modo que, é possível compreender determinados problemas na perspectiva de sujeitos que os vivenciam, seja de acordo com sua satisfação, sentimentos e desejos através de suas narrativas (LEOPARDI, 2001).

O método descritivo é comumente utilizado na análise de dados qualitativos para satisfazer indagações do motivo pelo qual determinada situação acontece por meio de “Descrição Rica” dos fatos. Contribuindo assim para uma compreensão do contexto analisado. Mason (2002) mencionou que esse tipo de descrição, popularizado por Geertz em 1975, demonstra uma riqueza dos fatos por ser apresentado densamente e explicativo diante das intenções e estratégias expostas.

#### 4.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa de campo do presente estudo teve início no mês de julho do ano de 2015, e foi então executada por meio de entrevistas individuais, sendo a mesma do tipo entrevista semiestruturada, de acordo com a intencionalidade do tema a ser estudado. Conforme Minayo (2010), a entrevista é um método privilegiado, pois permite a revelação, a posição e a compreensão do entrevistado diante de um fenômeno. A entrevista semiestruturada é composta de questões subjetivas que se encaminham numa sequência lógica, evitando assim que haja indução por parte do pesquisado e que se distancie de maneira copiosa do tema estudado. Alguns modelos desse tipo de estrutura usam roteiros de questões, permitindo que a

entrevista prossiga de maneira ampliada e ao mesmo tempo uma forma flexível do questionamento, à medida que os entrevistados fornecem suas respostas (FUJISAWA, 2000).

As entrevistas foram realizadas no próprio domicílio de cada indivíduo, de acordo com a disponibilidade dos mesmos, logo, isso permite uma maior percepção e envolvimento do entrevistador nas reais experiências dos entrevistados, além de deixar o participante da pesquisa mais à vontade para conversação, uma vez que esse está na segurança do seu lar, e assim ele pode escolher o momento e o cômodo mais confortável e sem possibilidades ou presenças constrangedoras (CRESWELL, 2010).

As narrativas se procederam com registros de áudio por intermédio de um aparelho de gravação com a finalidade de ampliar o poder de captação de elementos de comunicação, como pausa de reflexão, entonação da voz ou surgimento de dúvidas (SCHRAIBER, 1995).

Nesse sentido, foi necessário ouvir de forma ativa, demonstrando o devido interesse nas falas, nos gestos e nas emoções do entrevistado, de modo a aprofundar o seu relato em detalhes, por mostrar a intenção de compreender, porém não se deve induzir as respostas nem influenciar no discurso (BELEI et al., 2008).

Após a realização do trabalho de campo as narrativas foram totalmente transcritas, incluindo pausas, entonação de voz, sinalizadores sonoros de interrogação, e demais variações (PRETTI; URBANO, 1988). Contudo, erros gramaticais foram eliminados para evitar constrangimentos, caso o entrevistado queira ter acesso ao texto (LAGE, 2001).

#### 4.3 INSTRUMENTOS PARA A COLETA DE DADOS

O questionário semiestruturado (Apêndice A) era composto por perguntas simples e abertas que permitiam a subjetividade do entrevistado nas suas respostas. As questões estavam relacionadas a dois momentos da vida das mulheres titulares do Programa Bolsa Família, o primeiro momento antecede a aquisição do acesso ao programa e o segundo momento diz respeito a aspectos sociais, pessoais e familiares após o acesso ao programa, em relação a alimentação, autonomia e as concepções do gênero feminino.

#### 4.4 ANÁLISE DE DADOS

Ao término das transcrições das informações foi realizada a Análise Descritiva, a qual foi desenvolvida através de quatro etapas importantes:

A primeira é a transcrição das gravações, produzindo um material digitado que seja o mais fiel possível às narrativas, indicando os momentos de pausas, expressões diversas e emoções demonstradas durante a entrevista. Kvale (2011), disse que a transcrição da entrevista é “uma mudança de meio” e isso introduz a questão de precisão, fidelidade e interpretação. Portanto, a transcrição é um trabalho no qual deve ser investido tempo e atenção para não descontextualizar o objeto de estudo. A leitura minuciosa dos dados transcritos é a segunda etapa fazendo observância das expressões e frequência com que as mesmas expressões aparecem nas narrativas. Em sequência, acontece a categorização das respostas, essa terceira etapa, de acordo com Ludke (1986), é a fase mais delicada, pois permite a análise descritiva do tipo qualitativa e um acréscimo de abstrações no sentido de procurar explicações para um determinado conjunto de problemas. A última etapa é agrupamento de ideias, o qual consiste na menção e organização dos mesmos, trazendo à tona fragmentos dos relatos que comprovem a análise.

#### 4.5 ASPECTOS ÉTICOS

O projeto primário foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética do Hospital Universitário Alcides Carneiro da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) CAAE: N: 0102.0.133.000-11. Esta pesquisa é uma continuação qualitativa desse projeto.

Antecedendo as entrevistas, os participantes receberam orientações sobre os objetivos da pesquisa e sobre os seus direitos em relação ao sigilo e a interrupção da entrevista a qualquer momento seja por insatisfação ou para sanar dúvidas, informações essas, as quais estiveram apresentadas e lidas em um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual continha ainda dados dos responsáveis da pesquisa para contato. O Entrevistado receberá orientações pela leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido que o auxiliarão a decidir sua participação na entrevista, (Apêndice B).

A fim de garantir de preservar a identidades das participantes entrevistadas foram atribuídos nomes de pedras preciosas para cada mulher.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Participaram da pesquisa nove titulares de direito do Programa Bolsa Família, sendo a maioria das mulheres com faixa etária entre 24 e 40 anos de idade, apenas duas das



entrevistadas estavam na faixa etária de 60 anos. Entre as entrevistadas, 7 mulheres possuíam filhos e 2 delas tinham dependentes familiares, os quais não são filhos biológicos, mas sim netos que estão sob a guarda dessas mulheres e dependem da sua renda para viver, sendo os mesmos cadastrados no CadÚnico, e, portanto, inclusos no per capita familiar. São na maioria mulheres divorciadas ou em fase de separação sendo que das nove apenas três declararam estar em um relacionamento de união estável.

Serem responsáveis pelo núcleo familiar, segundo Moreira et al., (2010), é um fator característico das mulheres titulares do Programa Bolsa Família, principalmente pela responsabilidade do sustento familiar, em estudo realizado com 24 mulheres titulares do PBF e representantes da família, na região de Vale do Aço, uma comunidade carente de Minas Gerais, constatou que a maioria das entrevistadas apresentavam esse perfil de chefes do domicílio e todas tinham filhos ou dependentes, mostrando assim similaridades com o perfil da amostra deste estudo.

Nesse sentido, percebeu-se a necessidade de discutir sobre o conceito de formação do núcleo familiar, um assunto gerador de polêmicas nas esferas públicas e políticas que merece destaque na execução das políticas públicas de promoção à saúde e de combate à miséria. Com a evolução da sociedade foram constituídos novos modelos familiares, obrigando os poderes legislativos e executivos a reverem as noções de famílias impostas pelos limites biológicos e matrimoniais. Assim, os conceitos de famílias foram ampliados e ganharam alguma denominações como família eudemonista e as famílias homoafetivas, onde o afeto é a prioridade e a felicidade individual ou coletiva fundamenta a conduta moral; famílias monoparentais, onde apenas um dos pais permanece responsável pela criação dos filhos, famílias pluriparentais, nas quais há união de dois pais que já trazem filhos de outros relacionamentos para o novo relacionamento, construindo uma nova família, mas esses modelos ainda restringem a família a uma unidade de afeto matrimonial, perpetuando a ideia de família para procriação ou criação. De modo que a sociedade moderna propõe uma nova configuração de família, sem delimitações da formação em torno de um casal, antes é um modelo familiar descentralizado e desmatrimonializado, mas que permite realizações pessoais de todos os seus membros (Araújo e et al., 2016). E é nessa conjuntura que são formadas boa parte das famílias titulares de direito do PBF. Ao contrário do que aparenta para alguns indivíduos, essa atual conjuntura familiar supervaloriza o conceito de família.

Para facilitar o entendimento dos dados coletados, optou-se por dividir os resultados em eixos temáticos.

## 5.1 A VIDA ANTES E DEPOIS DO BOLSA FAMÍLIA: MEMÓRIAS DAS MULHERES

### 5.1.1 Trabalho fora ou dentro do lar

Quando questionadas sobre como era a vida antes de serem titulares de direito do PBF todas as mulheres relataram memórias de sofrimentos por terem tido uma vida com dificuldades, as quais foram mencionadas como sendo ainda maior do que a vida que levam atualmente com a inserção no PBF. Isso pode ser observado nas falas a seguir:

*“[...] eu trabalhava nos sítios, ah se tivesse inverno bom era ótimo, mas sabe, trabalhava no roçado, era muito sofrido, vida de sítio já sabe como é!” (Turquesa, 60 anos, solteira).*

*“Antes era difícil, [...] por que assim, quando eu consegui entrar no bolsa, aí sim melhorou e me ajudou bastante [...]” (Cristal, 26 anos, divorciada).*

Similarmente, no estudo publicado por Peixoto (2010), as mulheres titulares do PBF apresentaram narrativas de sofrimento ao recordar como era a vida antes dos programas de transferência de renda, a autora ainda observou muitas histórias de dificuldades relacionadas as circunstâncias de vulnerabilidade social, por viverem na ausência de uma renda fixa agravando a situação de moradia, criação dos filhos, alimentação, educação e também da saúde.

Todas as entrevistadas apresentaram falta de estabilidade financeira, por não terem nenhum vínculo empregatício regular, uma boa parte das mulheres relataram realizar trabalhos informais, tanto elas quanto os seus cônjuges, no caso das que tinham companheiro. Essa condição de vida acarreta no aumento de preocupações para a mulher responsável pela família, uma vez que em contraste com a instabilidade financeira as despesas e necessidades do lar são constantes e regulares, foram mencionados na entrevista que os compromissos como aluguel, luz, água e com o supermercado são os que causam maior apreensão. Nas falas a seguir é perceptível essa instabilidade financeira e como o recurso do bolsa é direcionado para pagamento de algumas despesas mensais:

*Meu marido também desempregado, mas como sempre fazia bico na rua, sabe o que chamasse para ele fazer aí fazia, eu trabalhava numa casa de doméstica, passei 6 anos trabalhando perdido, por que nunca foi carteira assinada. (Opala, 43 anos, casada).*

*[...]. Acho que foi um benefício que veio em boa hora, por que com ele dar para pagar a energia e água. (Ágata, 39 anos, divorciada).*

Também Carloto e Mariano (2012), encontraram um percentual de 90 % de mulheres com trabalho sem carteira assinada em pesquisa realizada em Londrina, MG. Para esses autores, existem fatores responsáveis pela prevalência de mulheres em trabalhos informais e de baixa remuneração, entre os quais estão citados a escolaridade baixa, a falta de preparação técnica e tecnológica exigida no mercado de trabalho atualmente e a própria imposição dos maridos que não permitem que as mulheres se ausentem para adquirir qualificações para melhores ofícios.

A ocupação de todas as mulheres entrevistadas, antes de serem titulares do PBF, era com os cuidados da casa e da família, mesmo quando a mulher afirmava trabalhar fora, os tipos de trabalho estavam associados a tarefas domésticas como faxineira, cozinheira e cuidadora, uma característica social primitiva do tipo de trabalho que era facilmente imposto ao gênero feminino por ser considerado como atividades desse gênero. No estudo de Vieceli (2009), além do trabalho doméstico, ainda era acrescido às mulheres os trabalhos do cuidado com o campo, com as tarefas de plantar e semear no roçado, mas que sempre eram desenvolvidos na companhia do marido. Revelando assim, outro entendimento cultural também encontrado neste estudo de que a mulher é a ajudadora do homem e como tal cabe a ela a função de serviçal.

Todavia, no tocante a situação de trabalho atual, ou seja, tipo de atividades desenvolvidas por essas mulheres entrevistadas após a aquisição do PBF, foram relatados por elas melhorias nas condições de trabalho, pelo aumento do leque de tipos serviços a serem prestados, não sendo mais unicamente cuidadoras, mas também assumindo uma postura autônoma de trabalho em serviços como manicure, salgadeiras e artesãs, que apesar de também serem informais representam uma porta de entrada para um crescimento empreendedor se tiver a orientação certa. Essas mudanças se devem também a uma estratégia de combate à pobreza através da oferta de cursos de geração de Renda, realizadas em todo Brasil, em parceria com as Secretarias de Assistências Social de cada município, esses cursos têm beneficiado muitas mulheres titulares do PBF. A fala a seguir representa essa mudança na possibilidade de opção da forma de trabalho:

*Eu faço unha quando aparece, que não é direto e faço em casa mesmo, não tenho salão [...] Aprendi no cursinho... Eu ainda fiz também o cursinho de desenho só que na época eu levava minha menina de seis anos ... e ela faz e vende, agora mesmo ela está justamente lá fazendo, lá no cursinho (Ágata, 39 anos, divorciada).*

Foi possível apreender por meio das falas que a posse do cartão do PBF pode significar também uma oportunidade de proporcionar às mulheres acesso a cursos profissionalizantes, ou até mesmo a possibilidade de escolha de um trabalho:

*Assim, agora eu faço o curso técnico de enfermagem, aí o cartão assim, não dar pagar o curso, mas foi uma ajuda para alimentação [...] a mulher vem mostrando que pode ser uma pessoa autônoma, que dar conta de si para viver, pode ter seu emprego, não precisa de homem para viver, por que antigamente a mulher só podia ter um trabalho se o marido deixasse, hoje a mulher é independente (Diamante, 24 anos, divorciada).*

Essa fala levanta uma questão intrigante que foi muito debatida ao longo dos anos da existência dos Programas de Transferência de Renda, que é o entendimento de como o recurso pode ser usado pelo titular, sendo de início colocado separadamente as necessidades com a alimentação, e uma resolução específica para o material escolar das crianças em idade escolar, e essa indagação se tornou mais polêmica quando todos os recursos foram unificados em um único programa o PBF, onde ficou mais esclarecido que o recurso deve atender as necessidades familiares consideradas como prioridade pelo chefe de cada núcleo familiar. Em pesquisa de opinião pública, os autores Castro et al (2009) questionaram a percepção geral sobre o PBF por região no Brasil, no qual verificou a medida de concordância da população sobre a forma como os recursos são utilizados para o alcance das metas do Programa, encontrando como resultados que houve maior percepção do objetivo da manutenção das crianças na escola, cerca de 83%, já o de combater a pobreza foi perceptível para 65% dos entrevistados. Para manter a eficácia e coerência do PBF, tem sido fortalecida medidas de fiscalização com espaço para denúncias anônimas em casos de uso indevido dos recursos do Programa, sobre isso a gerência online do PBF, aponta como uso indevido quando o indivíduo utiliza do recurso para suprir questões não familiares, como por exemplo festas ou compras de bebidas alcoólicas (BRASIL, 2016). Assim, a mulher chefe do domicílio é instigada a exercer sua autonomia para escolher o modo de usar os recursos familiares a julgar pelo seu entendimento do que seja benéfico aos membros do seu núcleo familiar.

Outro aspecto exposto a partir das narrativas foram as relações de trabalho entre os trabalhadores e os empregadores, existentes antes do PBF, as quais permitiam abertura para exploração, oferecendo tarefas muito árduas por uma remuneração muito baixa. Como os trabalhos prestados representam a busca pela sobrevivência, para atender as necessidades básicas da família os responsáveis pelo lar se viam na obrigação de aceitar todo e qualquer

trabalhado oferecido. Em alguns casos era necessária a busca de emprego em outras regiões do país, fazendo com que a mulher, sem nenhuma expectativa de renda no seu município, se distanciasse da família e dos filhos para conseguir sustento. Circunstâncias como essas foram amenizadas com a aquisição do PBF. Apesar disso, o desemprego ainda continua sendo um fator predominante entre as famílias pertencentes ao PBF. Essa situação pode estar relacionada a redução de ofertas de trabalhos para membros participantes dos programas de transferência de renda, de acordo com uma investigação realizada por Tavares (2016), essa diminuição do exercício do trabalho entre os membros das famílias titulares do PBF se deve a atenuação da exploração do trabalho infantil, visto que as condicionalidades do programa exigem a permanência das crianças na escola.

Mattos e Ponczek (2007), afirmaram que um efeito positivo do programa é a procura por novos empregos, pois pela garantia do suprimento básico é possível exigir uma remuneração mais justa pelo trabalho.

Isso também pode ser notado neste estudo através da fala a seguir:

*Eu ainda trabalho, eu sou diarista, faço bico essas coisas, não tenho emprego fixo não. [...] trabalho ainda, mas não como eu tinha que trabalhar antes. Antes...num tinha aquele dinheiro, era muito difícil de emprego, dependia dos outros, num podia comprar uma roupa para o filho, tem esse dinheiro certo, agora ela sabe usar quando necessário, mesmo que ela trabalhe fora, mas pode ajudar num remédio se ela tiver necessidade... até na comida mesmo. As vezes dar até pra esperar um emprego melhor, tem aquele ali então dar pra esperar ver se aparece um melhor... (Rubi, 27 anos, casada).*

### **5.1.2 Relacionamentos conjugais e as relações de gênero**

No aspecto de relação conjugal foram expostas declarações que sugeriram uma transformação cultural de valores enrijecidos aos longos dos anos pela sociedade. Uma das afirmações mais citadas pelas mulheres foi a situação de dependência integral do marido, ou dependência da mulher ao homem, isso ficou claro em todas as falas relacionadas ao tema. As mulheres afirmavam ter uma vida mais independente ao ter a posse do cartão do programa e que isso era positivo para sua vida atual. As declarações a seguir mostram isso:

*“Tudo era ele né, aí depois que eu recebi a bolsa família aí agora eu não peço para ele porque eu tenho o dinheiro da bolsa família, entende?” (Ametista, 40 anos casada).*

*[...] cria assim uma independência para mulher, essa é minha opinião na minha parte é assim, se hoje eu vivesse com ele (ex marido) eu ia ter meu dinheirinho sem precisar tá pedido, eu vejo assim amigas minhas que são casadas e depende de*

*marido, e é horrível você querer assim algo seu, gostou duma roupa, gostou de um perfume ou queria comprar uma coisa, comprar uma alimentação e depender de alguém pra dar aquilo a você. [...] Tem gente que a mulher nem ir pro médico pode, tem marido que por o médico ser homem aí ainda tem essas frescuras assim, por ser uma cidade pequena (Cristal, 26 anos, divorciada).*

No final da última fala mostra a gravidade que pode ser a mulher não ter autonomia da própria vida, chegando a afetar gravemente seu emocional e auto estima, coloca em risco a prevenção da saúde dessa mulher. Não é de admirar que em relacionamentos unilaterais, onde apenas o indivíduo do gênero masculino impõe autoridade com hostilidade e sem comunhão de direitos, envolva para essas mulheres um sentimento de terror e medo, onde o relacionamento conjugal poderia ser comparado a uma prisão. Na fala a seguir mostra que a independência financeira feminina é a atual responsável pela libertação de um relacionamento amargo e um marido opressor:

*A mulher já conquistou muito espaço consegue sustentar uma casa, cria um filho sozinha, que antes a mulher tinha medo né, num separava vivia com um homem sofria, sofria, sofria, por que tinha medo de morar só, de uma vida, hoje o que falta é a própria mulher ter coragem de enfrenta (Rubi, 27 anos, casada).*

No segundo capítulo do livro *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*, (VALLE et al, 2015), os autores discutem as modificações das relações de autonomia do gênero proporcionadas pela aquisição de renda do PBF, argumentando que a renda contribui para que essas mulheres problematizem a própria situação na qual vivem e então consigam atravessar a sociedade como cidadãs de direito e de participação, sendo protagonistas da própria história e quebrando paradigmas sociais, culturais e religiosos.

Por isso é importante indagar como essa mulher se ver perante a sociedade e qual a sua concepção do que é ser mulher na atualidade. Para satisfazer esse questionamento traz-se a seguir algumas narrativas das entrevistas:

*“A mulher agora pode tudo, a mulher trabalha, mulher dirige, mulher é fabulosa, mulher é guerreira, se puder ajudar o marido ela vai e ajuda, a mulher é tudo” (Ametista, 40 anos, casada).*

*Ser mulher hoje é trabalhar, por que as mulheres de hoje em dia tão mais mesmo que os homens, fazendo coisas que os próprios homens fazem hoje a gente faz, trabalha dar conta dos filhos, mais que os maridos, é por isso que tem essa lei pra mulheres, fazer como diz a música as mulheres que tão mandando até nos homens, por que trabalha, constrói, se veste, se calça, né! ” (Esmeralda, 60 anos, divorciada).*

*Acho a mulher forte, mulher ela é guerreira, ela é batalhadora, ela é decidida, e principalmente quando a gente se torna mãe, é que a gente ver que a gente se torna uma mulher plena, mulher é tudo isso é força é garra, é ser vitoriosa, ela não*

*desiste, ela não é fraca, a gente sabe o que a gente quer (risos) e quando a gente que a gente vai conseguir, nós somos determinadas (Cristal, 26 anos, divorciada).*

*Hoje em dia as mulheres podem trabalhar, fazer um curso, e ter uma profissão e não esperar só pelo dinheiro do bolsa família, devia ter mais curso, pra mulher, e ser mulher é ser guerreira ser batalhadora **cuidadora do lar**, pra quem tem filhos **cuidar** dos filhos, e as que não tem filho, mas cuida de outras coisas **cuida** dos cachorro da rua (Opala, 43 anos, casada).*

Todas as falas iniciaram-se com uma demonstração de pontos de vista positivo e entusiasmante sobre a concepção do que é ser mulher. Todavia, ao analisar mais criteriosamente as expressões presentes em cada uma das entrevistas transcritas acima é possível verificar a presença de três tipos de conceitos que ficaram implícitos nas entrelinhas das explicações das entrevistadas.

O primeiro conceito apareceu fortemente nas duas primeiras falas, para essas mulheres a percepção do que é ser mulher apareceu em um patamar de superioridade que demonstrava valorização social e superestima o gênero feminino, utilizando-se de adjetivos e méritos de força, de bravura e de guerra, expondo assim que consideram a vida como algo duro que precisa ser vencido, reconhecendo as dificuldades sociais impostas ao gênero, mas não se acomodando com tais, pois enfrentam as adversidades da vida como em uma luta e por isso se denominam “guerreira” e “determinada”.

O segundo olhar exposto, foi observado na terceira narrativa quando a própria entrevistada se entendeu enquanto mulher a partir do ato de ser mãe, usando a afirmação de que a maternidade lhe proporcionou a ‘plenitude’ da vida de uma mulher. Essa visão pode parecer ultrapassada, posta diante do cenário atual no qual muitas mulheres lutam pelo direito de decidir sobre o seu corpo no que diz respeito ao desejo de não ser mãe. Colocando em cheque duas situações polêmicas atualmente, que tem estado presente nos debates das lutas feministas, o direito ao aborto induzido legalizado e que assegure a saúde da mulher com a presença de profissionais capacitados e materiais e infraestrutura necessária, quando este procedimento for um desejo consciente da mulher (ROZENDO; GONÇALVES, 2016). E a outra situação é a luta pelo direito de realizar um procedimento cirúrgico irreversível de esterilização mesmo ainda não tendo filhos, mas induzidas pela convicção de não querer ser mãe, direito esse que hoje ainda é limitado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que estabelece como critério de consentimento do procedimento cirúrgico ter no mínimo dois filhos e mais de 25 anos de idade, outra dificuldade é encontrar profissionais que queiram realizar o procedimento pelo receio de um possível arrependimento futuro dessa mulher (CAETANO, 2014). O caso é que a sociedade e a família, erroneamente, ainda cobram das

mulheres a função da procriação, mesmo que essa mulher seja bem-sucedida na vida pessoal e profissional.

A respeito disso, Klein (2005), afirma que o programa de transferência de renda tem feito a conversão da categoria ‘mulher’ na figura de ‘mãe’, reproduzindo uma cultura obsoleta no momento em que a responsabiliza pela família perante o Estado a atender as condicionalidades do programa.

Um terceiro conceito de ser mulher está na última fala transcrita acima, na qual foi destacado em negrito os termos cuidar, apontando a autodenominação do ser que carrega a responsabilidade de cuidar, e constantemente essa expressão aparece em outras entrevistas reafirmando uma posição ainda maternal do gênero feminino que perpetua gerações e continuam implícitas nos pensamentos da própria mulher, pois assumem o ato de ser mãe como a maior função feminina e o ato de cuidar se faz presente até mesmo naquelas que não tiveram oportunidade de ter filhos biológicos ou adotivos, mas que se enxerga mulher ao cuidar de algo ou de alguém, detendo a elas o dever de cuidar do lar, cuidar do cônjuge, cuidar de tudo ao seu redor, voltando aqui a discussão sobre a tarefa feminina de servir ou ser serva, que já foi iniciada anteriormente. Leonardo Boff (2012), em sua obra *Saber Cuidar*, diz que cuidar é mais que um ato, é uma atitude uma ocupação, preocupação e responsabilização afetiva que está na essência do ser humano e é o que possibilita sua existência, pois para o autor tudo que existe precisa de cuidado e se não receber, desestrutura. Mas é digno de nota, ressaltar que o cuidado é apontado como um fenômeno ontológico- existencial básico da espécie humana e não uma designação de um gênero específico.

No livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir, (1949), a autora expõe a formação da identidade feminina, a qual é definida desde o nascimento da menina com o que lhe é imposto pelos pais, à medida que cresce na observância da postura submissa da mãe ao marido e posteriormente renuncia sua autonomia ao viver tudo aquilo que é imposto pela sociedade para o gênero feminino, ela acrescenta ainda que para enfrentar tudo isso e ser bem-sucedida muitas mulheres tem assumido o desafio de equilibrar diversas tarefas, que sobrecarregam a mulher e contribui com a permanência das responsabilidades inerentes ao sexo feminino como o lar, a maternidade, e de ser amante, de forma que se contrapõe com a valorização da vida profissional. Assim, a autora torna explícita toda a problemática da feminilidade que na verdade está correlacionada a problemática da diferença, que segundo ela deve ser enfrentado pelas próprias mulheres antes de tudo através da sua postura e de como se enxerga socialmente, ela aconselha a fugir do clichê de que não se nasce mulher, e sim se transforma em uma, antes deve-se insistir na fraternidade entre homens e mulheres, cabendo o



triunfo do reino da liberdade, independentemente das diferenças naturais entre homens e mulheres.

Já para Araújo e Scalon (2005), numa pesquisa sobre gênero, família e trabalho eles declararam que a oportunidade de contar com uma renda representa para a mulher a possibilidade de melhoria da vida familiar e de facilitar a sua tarefa ao atender as suas necessidades e isso confere a mulher uma sensação de bem-estar social e pessoal, garantindo mais segurança para que ela conquiste o seu espaço.

Todas as participantes da pesquisa afirmaram que a posse do cartão do PBF deve ser da mulher e não do homem, alegando as responsabilidades femininas como justificativa para esse entendimento. Os argumentos mais citados foram os de que a mulher tem uma visão mais voltada aos membros da sua família, principalmente no que diz respeito a criação dos filhos. Assim, elas têm a posse do cartão e elas decidem o que comprar, pois afirmaram ter mais cautela em ‘regrar’ o consumo, pesquisar preços e fazer ‘render’ o pouco. Ademais, está implícito nessa decisão o combate a superioridade machista dentro do núcleo familiar. Como mostram as falas abaixo:

*Como existem homens que são ruim mesmo, se os homens tivesse a posse do cartão num ia deixar a mulher pegar no dinheiro, como existe a desigualdade entre o homem e a mulher, por que tem homem que trabalha, mas não dar não dinheiro a mulher, é o que ele quer e não dar nada, então acho que é melhor ficar com a mulher que é a dona da casa, sempre, ela que tem ficar mesmo (Rubi, 27 anos, casada).*

*Acho que seria diferente se o dinheiro fosse na mão do homem. Por que, assim no meu caso se o dinheiro fosse pro pai da minha filha aí era zero pra casa, ele ia gastar com cachaça e essas coisas! Acho assim, a mulher gasta com o que precisa dentro de casa (Jade, 26 anos, solteira).*

Tendo a mulher a posse do cartão ela se sente com o direito e autoridade devida de várias decisões inerentes ao núcleo familiar ao qual responde e a sua própria vida, porém de acordo com Teixeira, (2010), o fato de as mulheres terem posse do cartão faz com que elas sejam responsabilizadas pela manutenção do lar e pela racionalização dos recursos financeiros perpetuando conceitos de deveres femininos.

Apesar do reconhecimento de sobrecarga feminina, foi unânime entre as participantes da pesquisa o reconhecimento de que o PBF tem transformado a vida das mulheres para melhor. Muitas fizeram a confissão de que os seres humanos que causam as desigualdades sociais, atribuindo à própria espécie a responsabilidade quanto as injustiças e aos preconceitos machistas, que algumas vezes acontecem por parte das próprias mulheres, as quais fazem julgamentos consigo mesma. Além disso, reiteraram que os avanços foram muitos no que diz

respeito as decisões pessoais, a imposição social e no mercado de trabalho, mas que ainda é necessário prosseguir no enfrentamento das hostilidades à classe feminina. E essa autoimagem de orgulho de ser mulher é transparecido até mesmo na aparência, uma vez que o recurso financeiro permite também o exercício do autocuidado, como vê-se na fala admirada de dona Esmeralda:

*Mudou muito, mudou muito mesmo, que antigamente você não via as mulheres assim tudo limpinha, tudo calçadinha, andavam de pés descalços, andava de todo jeito, hoje é tudo limpa, hoje é tudo bem de vida, à vista do que era, se for comparar hoje é uma riqueza mode esse bolsa família (Esmeralda, 60 anos, divorciada).*

É notável a percepção de mudança positiva para o gênero feminino até mesmo na sua aparência externa por conduzi-las a um cuidado consigo mesma, evidenciando o conceito de valorização feminina partindo da própria mulher titular do programa, a qual passa a se enxergar como um ser que também precisa de cuidados e não é meramente um cuidador de tudo e de todos. Na visão de Frei Betto (2003), um programa de transferência de renda não se resume a ações emergenciais, mas trata-se de políticas de inserção social, onde não é apenas a distribuição de alimentos que é importante, porém tem sua relevância pela capacidade de gerar renda, trabalho e principalmente resgatar a autoestima e a cidadania. Essa capacidade de modificações positivas tem sido evidenciada na vida de mulheres titulares do PBF através da posse do cartão.

Em pesquisa sobre as percepções acerca do PBF realizada com amostra de 6.001 entrevistados na população brasileira, Castro e colaboradores (2009), revelaram dados comprovando que aproximadamente 72% dos respondentes consideraram que o programa de transferência de renda em questão traz mais mudanças positivas para as famílias do Brasil e especialmente para as mulheres.

### **5.1.3 Abastecimento de gêneros alimentícios**

No tocante ao abastecimento do domicílio, o aspecto mais frequentemente relatado foi a obtenção do crédito para compra no mercado, proporcionando a essa mulher titular do programa o poder de aquisição de bens e de consumo, representando mais um ângulo da autonomia, a capacidade de selecionar o que vai comprar, quando vai comprar e onde vai comprar. Nessa modalidade o recurso do cartão é a garantia da comida à mesa, pois mesmo quando chega o final do mês e os alimentos vão ficando escassos na prateleira dessas

mulheres, a certeza do dinheiro da data seguinte representa a confiança do pagamento do alimento que foi adquirido no mercado sem a presença do dinheiro. Vemos isso na seguinte expressão:

Quando tá acabando, aí vou no supermercado aí pega arroz, pega um açúcar, só o básico mesmo, as vezes pega até um iogurte, mas não sempre, não exagerado, só o limite, quando recebe paga. (Ágata, 39 anos, divorciada).

Nessa fala acima, é possível observar que o fato de serem titulares de direito do PBF e, portanto, possuírem uma renda fixa e certa todos os meses, confere a estas mulheres a oportunidade de possuírem crédito nos comércios locais, pois o comerciante tem a garantia de que a mulher terá como pagar, e a mulher sabe que recebe o recurso de forma mensal no dia devido, essa certeza de ambos representa a segurança da aquisição dos alimentos para o consumo da família. Os estudos de Camelo et. al. (2009), sobre alimentação e nutrição em programas de transferência de renda, encontraram resultados de que esses programas são capazes de interferir na Segurança Alimentar e Nutricional, por retirar as famílias da situação de insegura alimentar grave para insegurança alimentar leve, ou segurança alimentar, utilizando para análise a escala brasileira de insegurança alimentar (EBIA). Esses autores apontam como determinantes dessa transição a promoção do acesso ao alimento induzido pela renda.

Além disso, na fala anterior é exposto um termo interessante a ser discutido que é o conceito de alimentação básica para o público alvo da pesquisa. Isso pode ser melhor esclarecido quando questionado às mulheres como se dava a alimentação da família.

Assim, foi possível detectar o perfil alimentar das mulheres entrevistadas, caracterizado através das suas explicações, evidenciando em todos os relatos o uso dos termos “básico” e “normal”, seguidos dos gêneros alimentícios consumidos com maior frequência pela família. Os gêneros comumente citados foram o arroz, o feijão e a carne, menos citado o consumo de saladas. Isso mostra que o conceito de alimentação básica estar muito relacionado ao consumo dos grupos alimentares do cereal, da leguminosa, e da proteína, bem similar aos produtos da cesta básica montadas para famílias carentes que eram fornecidas em outras circunstâncias. A carne ou proteína a qual foram citados o frango ou ovo como substituição da carne vermelha, essa decisão de escolha, como todas as outras decisões na compra dos alimentos, foi também apontada como sendo influenciadas fortemente pelo preço dos produtos, dando sempre preferência ao mais barato e não ao mais saudável. A pesquisa do IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas), sobre as

repercussões do PBF na Segurança Alimentar e Nutricional, concluiu que na dieta das famílias brasileiras prevalecem alimentos de alta densidade calórica, com declarado aumento do arroz 76 % e dos Feijões 59 %, que são priorizados por propiciar mais energia e saciedade. Verificaram ainda que famílias que já tinham antes do PBF acesso a alimentos básicos como arroz e feijão, passaram a consumir alimentos complementares como frutas, verduras e legumes (MENEZES et al., 2008).

Nesse contexto, produtos alimentícios industrializados e processados como salgadinhos, iogurte, achocolatado e outros foram mencionados como desejados, ainda que na concepção de uma minoria das mulheres. Como é o exemplo das falas abaixo:

*“As coisas que eu mais compro com o dinheiro é para o meu filho, umas coisas que antes a gente quase não comprava, como bolacha, iogurte, frutas também que ele gosta, o resto assim é mais o grosseiro mesmo como arroz e o feijão.” (Diamante, 24 anos, divorciada).*

*Mas meu dinheiro do bolsa família já é pouco, aí não dar para fazer feira não, mas quando eu quero comer alguma coisa que eles não compram eu vou lá e compro, até algumas besteiras assim quando dar vontade, pipos, ‘miojo’, bolacha, essas coisas... (Jade, 26 anos, solteira).*

A última fala mostra o reconhecimento de que esses alimentos industrializados não são saudáveis quando foram caracterizados pela entrevistada com o termo “besteiras”, apesar dessa consciência existe o hábito alimentar inadequado guiado pela satisfação do desejo, da aquisição do status, pela oportunidade de adquirir o algo que antes não poderia ter, mas agora com um recurso financeiro pode.

Também o estudo de Levy-Costa et al. (2005), falando sobre a disponibilidade de alimentos no Brasil, assumiram que houve uma modificação evidente nos padrões alimentares, com declinação do consumo de alimentos tradicionais como o arroz e feijão, se contrapondo com o crescente consumo de produtos industrializados como biscoitos, refrigerantes, com consumo excessivo de açúcares e gorduras, porém insuficiente de frutas e hortaliças. Esse tipo de hábito alimentar associado a um estilo de vida sedentário está intimamente relacionado com o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis. Igualmente, Lima et al. (2013), avaliaram a qualidade da dieta da população beneficiária do PBF, em Curitiba, PR, e encontrou resultados alarmantes com um índice de 52,9 % foram classificados com dieta inadequada, 45,7% com dieta que ainda precisava de modificações e apenas 1,3 % estavam com dieta adequada.

Em contraste com esse consumo inadequado, muitas famílias relataram que passaram a consumir mais frutas e verduras após a inserção no PBF, como pode ser observado nesta narrativa:

*“Graças à Deus a alimentação da gente é normal, agora eu como fruta como verdura, arroz, feijão, essas coisas, mais isso”. (Rubi, 27 anos, casada).*

*“É eu faço as compras, agora eu compro as verduras, banana, melão, mamão, [...], sou eu quem escolho o que dar para trazer...” (Opala, 43 anos, casada).*

Com a aquisição de renda as mulheres podem oferecer uma alimentação mais variada a sua família. E essa possibilidade amplia o termo “normal”, já discutido anteriormente, para designar também a alimentos saudáveis, sendo o normal uma alimentação considerada completa. Arruda e Arruda (2011) afirmaram que o repasse financeiro direto as famílias cadastradas flexibilizavam as escolhas dos tipos alimentícios a serem consumidos com gastos reduzidos a nível municipal, e com uma dieta mais diversificada as crianças beneficiadas apresentaram recuperação no estado nutricional e normalização do crescimento.

## 5.2 CONCEPÇÃO DAS MULHERES CHEFES DO DOMICÍLIO SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

### 5.2.1 O Programa Bolsa Família como renda familiar única

Além da alimentação o recurso recebido da transferência de renda é destinado para o subsídio de outras necessidades da família como a educação, roupas, calçados, água e etc., portanto, foi unanime a revelação de que a quantia recebida não é suficiente para atender os custos mensais com o sustento da família, como mostram as falas abaixo.

*“Não supri todas necessidades porque a gente não consegue atender porque hoje em dia, pra quem paga aluguel num mora em casa própria é difícil, assim as vezes você tem que se virar pra poder dar conta da casa e de filhos”. (Rubi, 27 anos, casada).*

*Necessidade, necessidade não dar não, por que assim como eu disse, né, ele é uma contribuição uma ajuda, mas sustentar mesmo num dar não, por que você vive de comer, mas também precisa de outras coisas, por que ele (filho) tem outras necessidades, mas principalmente a gente, se fosse pra comprar as coisas que precisa também tudo num dar não, mas ajuda muito. (Diamante, 24 anos, divorciada).*

Esses depoimentos confirmam que apesar de o valor do PBF variar de acordo com o número de membros do núcleo familiar, quando ele representa a única fonte de renda familiar se torna mais distante a ascensão financeira desse grupo, uma vez que não é possível atender todas as necessidades familiares. Resultados correlatos foram encontrados por Uchimura et al., (2012), em um estudo sobre a concepção da qualidade da alimentação dos participantes do PBF, onde o auxílio oferecido pelo programa revelou-se insuficiente para cobrir as demandas da maioria das famílias entrevistadas, fragilizando a promoção da segurança alimentar e nutricional, bem como os esforços de combate à pobreza.

Esse julgamento do não atendimento integral das necessidades do domicílio pode ser mais discutido através de dois questionamentos importantes:

O primeiro questionamento corresponde ao do que o PBF representa na vida das mulheres desta pesquisa. Esses entendimentos estão exemplificados nas narrativas a seguir:

*O programa bolsa família representa muita coisa, para mim ele representa muito, eu não tenho pai, não tenho mãe, não tenho família, só tenho minha irmã por mim, e tenho esse cartão com esse dinheirinho, não sei o que seria de mim, pra mim representa muita coisa (Turquesa, 60 anos, solteira).*

*“O bolsa representa tudo nessa família para mim, se faltasse, eu não tinha nada” (Jade, 26 anos, solteira).*

Ao analisarmos esses relatos acima, notamos, que algumas mulheres disseram que o programa representa “tudo em suas vidas”, expondo a realidade de que o PBF representa a única fonte de renda existente em alguns domicílios. Além disso, vê-se que é reforçada a ideia de que os gastos com o sustento superam a quantia do recurso recebido. Portanto, o programa é mencionado, no ponto de vista das participantes, como sendo uma estratégia de assistencialismo, sendo muito comum entre as entrevistadas as expressões “ajuda” e “auxílio”. Também foi muito comum as expressões de agradecimento divino como “graças à Deus” e “ave Maria”, os quais mostram o entendimento de que o recurso chega como se caísse do céu, ou como sendo algo muito bom, obtido por meio de um ser bom, ‘o divino’.

O segundo questionamento levantado a partir do reconhecimento de o valor do recurso não ser suficiente, se refere ao pressuposto de que o programa sendo uma estratégia de combate à pobreza de caráter emergencial, existe a possibilidade de o usuário não enxergar o programa dessa forma e passar a considera-lo como algo que perpetue ao longo da vida, não tendo a família a possibilidade de deixar de depender do PBF. O sentimento de medo de perder a posse do cartão pode ser equivalente ao medo de não ter o alimento, ou seja, o

sustento diário. Esse temor interfere na segurança alimentar, uma vez que o simples medo de que venha a faltar o alimento para os membros da família representa, de acordo com a EBIA, Insegurança Alimentar Nutricional de grau leve, pois a incerteza de uma necessidade primordial aprisiona o indivíduo às circunstâncias humanamente indignas em busca da sobrevivência. Isso leva a reflexão sobre uma possível dependência das titulares ao PBF. Esse entendimento apareceu nesta pesquisa por parte da maioria das mulheres, caracterizando uma falta de expectativa de mudança na condição social. Isso foi apontado como uma crítica ao PBF por ser gerador de acomodação devido à certeza do recebimento do recurso na concepção de 67% dos entrevistados, da pesquisa de Castro et al (2009).

Felizmente, essa falta de perspectiva não foi um consenso, e se opondo a esse medo de perder o PBF, apenas três das nove mulheres entrevistadas deixaram bem claro terem a pretensão de mudar a condição vida para melhor em um prazo mediando e por iniciativa própria, não depositando essa esperança no futuro dos filhos e sim nos esforços atuais que as mesmas fazem para complementar a renda e para continuar os estudos, e em consequência disso não dependam mais dos recursos oferecidos pelo governo. Como pode-se perceber nas falas a seguir:

*Eu nunca fiquei esperando só isso não, sempre trabalhei, quando eles eram pequenos não, mas agora que tão grande, eu faço unha quando aparece, sempre estou fazendo bico, sempre estou trabalhando com minha amiga no final de semana, não fico parada não só esperando o bolsa não. (Ágata, 39 anos, divorciada).*

*Não pretendo precisar dele pro resto da minha vida, como eu disse a mãe, estou batalhando, e se Deus quiser quem sabe eu passe num concurso e aí eu possa estar lá entregando, né depois, pra alguém que depois de mim vá precisar mais do eu (Cristal, 26 anos, divorciada).*

Essas falas ainda que numa minoria dos entrevistados, representam que não há geração de comodismo em decorrência da aquisição do PBF. Arruda e Arruda, 2011, ao falar sobre políticas e gestão em programas de saúde e nutrição salientou que é necessário desenvolver métodos de avaliação com capacidade de diagnosticar as adversidades e extingui a possibilidade de os atendidos pelo Bolsa Família não romperem o ciclo de dependência do estado. Por isso, é necessário ampliar a oferta de políticas que dialoguem para o enfrentamento desse desafio.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O Programa Bolsa Família (PBF), tendo mais de uma década de atuação tem sido consolidado como o principal programa de transferência de renda direcionado ao combate à

fome e a miséria no Brasil. Isso acontece pelo fato dessa política pública ter sido pensada para alcançar a curto, médio e longo prazo os efeitos advindos da desigualdade social. Assim, a curto prazo ela alivia as adversidades decorrentes da pobreza por propiciar os suprimentos das necessidades urgentes das famílias atendidas. Enquanto a médio e longo prazo o programa consegue promover a seguridade do acesso aos serviços de saúde e educação, inserção social a grupos em vulnerabilidade, e o rompimento do ciclo da pobreza.

Entre os grupos de vulnerabilidade social que são público alvo do PBF, as mulheres estão como prioridade, pois geralmente são as escolhidas para serem as titulares do programa, conferindo ao gênero feminino um novo posicionamento existencial perante à família e perante a sociedade mediante a aquisição do recurso. Acreditando-se que os impactos causados pela adesão ao PBF ultrapassem o atributo financeiro, ressalta-se a relevância da investigação da existência de influências do programa na vida das mulheres titulares, através da averiguação das mudanças ocorridas no que diz respeito à alimentação, a vida conjugal e familiar e entender a concepção do que é ser mulher no atual cenário social.

O núcleo familiar das mulheres titulares do PBF apresenta o perfil das modernas famílias brasileiras formadas por mulheres solteiras que tem como dependentes outros parentes que não são filhos biológicos e dispensa a formação conjugal para ter a caracterização de família.

A atuação do programa na vida das famílias é apresentada como positiva pela narrativa das memórias de momentos da vida das mulheres que antecederam a existência desse tipo de política pública, pois o que fora marcado antes pela expressão de sofrimento em decorrência das dificuldades financeiras, principalmente, o que as tornavam totalmente dependentes do cônjuge, e quando trabalhavam fora do lar, se viam obrigadas a aceitar um baixo valor de recompensa e subordinasse apenas a tarefas domésticas, atualmente é considerado por essas mulheres como melhora de condição de vida para elas. Pois o PBF, tem possibilitado a capacitação de cursos profissionalizantes para o exercício de trabalhos autônomos, marcando a libertação pessoal de qualquer situação que representasse a sobrevivência. Isso deixa bem claro que o fato de ter a certeza de uma renda não acomoda as mulheres a continuar na pobreza, mas aumenta as expectativas de luta pela sobrevivência.

A transformação cultural que tem sido condicionada às mulheres titulares do programa é um dos efeitos benéficos da transferência de renda mais explícitos nas entrevistas, com a valorização do gênero feminino, acompanhando as reivindicações femininas de igualdade de direitos entre os sexos, o que faz a mulher se ver em conotações como guerreira, independente, com autoestima e livres para fazer escolhas pessoais. Contudo, algumas



mulheres se enxergam dentro dos paradigmas sociais de que a mulher precisa ser mãe para se tornar plena e que a mulher é o ser vivo que exerce o cuidado sobre os demais, a colocando em uma posição inferior. O que mostra a necessidade de mais discussões sobre os temas de autonomia e liberdade de gênero entre próprias mulheres de comunidades carentes e integrantes dos programas de proteção social.

A certeza de renda com o recurso financeiro mensal proporciona às mulheres uma maior disponibilidade de suprir as necessidades alimentares. Boa parte do recurso é direcionado para a alimentação, contribuindo para a Segurança Alimentar da família e fomentando o comércio local. Apenas uma minoria relatou usar o recurso para suprir outras necessidades, como roupas, bens materiais, despesas de aluguel, eletricidade e investimento na educação. Mostrando que as necessidades básicas de uma família vão além da alimentação e cabe ao chefe familiar decidir quais são as prioridades de cada momento. De forma geral, as famílias têm tido mais acesso a alimentação, o que leva a uma preocupação no âmbito da saúde pública e quais hábitos alimentares estão sendo formados a partir desse tipo de programa que dar autonomia de escolhas aos usuários. Nesse estudo, foram apresentados a inserção de alguns alimentos in natura, como frutas, vegetais e legumes, passam a fazer parte da concepção de 'alimentação básica'. Opondo-se a isso, também foram apresentados o consumo de alimentos industrializados e de calorias vazias para satisfazer os desejos das crianças e o status das mães.

A formação de hábitos alimentares saudáveis é o que de fato determinará as condições de bem-estar dos indivíduos no futuro. Pois é um determinante direto da saúde que ao ser desconsiderado acarreta no agravamento dos problemas de saúde pública por meio do aumento de doenças crônicas não transmissíveis, dispêndio de gasto público para tratamento e a necessidade de intensificação das políticas públicas que promovem a Educação Alimentar e Nutricional para esses grupos familiares atendidos pelo PBF.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. P. D.; GERMANO, E. L.; SANTOS, T. A. S. D. O pluralismo familiar e a liberdade de constituição de uma comunhão da vida familiar. **Judicare**, v. 9, n. 1, 2016.

ARAÚJO, C.; SCALON, M. C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. (Ed.). FGV Editora, 2005. 45-80 p.

ARRUDA, B.K.G.; ARRUDA, I. K. G. Políticas de alimentação e nutrição no Brasil: breve enfoque dos delineamentos conceituais e propositivos. In: TADDEI, J. A. A. C.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em saúde pública**. Rio de Janeiro: Rubio, 2011. P. 397-422.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. 2 ed. 2009. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 2035 p.

BELEI, R. A. et al. O uso de entrevista, observação e videogravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**, n. 30, p.187-199, 2008.

BETTO, F. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 48, p. 53-61, 2003.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano \_ compaixão pela terra**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 248 p.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 160p.

BRASIL. Documento final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição realizada no contexto da 8ª Conferência Nacional de Saúde, mimeo, 1986.

BRASIL. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Manual de orientações sobre o Programa Bolsa Família na saúde**. Brasília, DF, 2005. (Série A: normas e manuais técnicos).

BRASIL. Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004 que cria o programa bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 set. 2004a. Seção 1,

p. 2. Disponível em: <[http://bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos\\_bfa/DecretoPBF.pdf](http://bolsafamilia.datasus.gov.br/documentos_bfa/DecretoPBF.pdf)>. Acesso em: 20 jan. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF; 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Programa Bolsa Família**. Brasília, DF; 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. DF; 2016.

CAETANO, A. J. Esterilização cirúrgica feminina no Brasil, 2000 a 2006: aderência à lei de planejamento familiar e demanda frustrada. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 31, n. 2, p. 309-331, 2014.

CAMELO, R. S.; TAVARES, P. A.; SAIANI, C. C. S. Alimentação, nutrição e saúde em programas de transferência de renda: evidências para o Programa Bolsa Família. **Revista Economia**, 2009.

CAMPELLO, T.; NERI, M.C. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013. 494 p.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Revista de Estudos Feministas** v. 17, n. 3, p. 901-908, 2009.

CARLOTO, C. M.; MARIANO, S. A família e o foco nas mulheres na política de assistência social. **Sociedade em Debate**, v. 14, n. 2, p. 153-168, 2012.

CARVALHO Jr, P. H. Análise do gasto da união em ações assistenciais ou focalizado na população pobre e em benefícios previdenciários de fortes impactos sociais. Brasília: IPEA. 2006. p. 1236.

CASTRO, H. C. O.; WALTER, M. I. M. T.; SANTANA, C. M. B. D. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião pública**, v. 15, n. 2, p. 333-355, 2009.

COHN, Amélia. Programas de transferência de renda e a questão social no Brasil. Rio de Janeiro: Fórum Nacional, 2004. (Estudos e Pesquisas, n. 85). Disponível em: Acesso em: 20 jun. 2016.

COTTA, R. M. M.; MACHADO, J. C. Programa Bolsa Família e segurança alimentar e nutricional no Brasil: revisão crítica da literatura. *Rev Panam Salud Publica*, n. 1. v. 33. 2013. p. 54-60.

CRESWELL, J. W. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 296 p.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

FUJISAWA, D. S. **Utilização de jogos e brincadeiras como recurso no atendimento fisioterapêutico de criança**: implicações na formação do fisioterapeuta. 2000. Dissertação (Mestrado em Educação)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2000.

GEERTZ, Clifford. “Uma descrição densa: Por uma teoria interpretativa da cultura.” **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989, p.13-41.

GIOVANNI, G.; SILVA, M. O. S.; YASBEK, M. C. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences. *In*: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). **Handbook of qualitative research**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005, p 333-352.

HABERMAS, J. A idéia da universidade: processos de aprendizagem. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, v. 74, n. 176, 2007

KLEIN, C. A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./abr. 2005.

KVALE, S. **Las entrevistas en investigación cualitativa**. Ediciones Morata, 2011.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 189 p.

LAVINAS, L.; NICOLL, M. "Pobreza, transferências de renda e desigualdades de gênero: conexões diversas". **Revista Parcerias Estratégicas**, Brasília, v. 22, n. 6, p. 39-75, jun. 2006. Disponível em: <<http://www.cgee.org.br/parcerias/p22.php>>. Acesso em: 20 de dez. 2014.

LEÃO, M. O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional. **ABRANDH, Brasília**, 2013.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A.; LANG, R.M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. São Paulo: Rubio, 2011, p. 471-488.

LEININGER, M. Evaluation criteria and critique of qualitative research studies. In: MORSE, J. (Org.). **Critical issues in qualitative research methods**. London: Sage, 1994, 309 p.

LEOPARDI, M. T.; BECK, C.; NIESTSCHE, E.; GONZALES. **Metodologia da pesquisa da saúde**. Santa Maria: Pallotti, 2001. p. 9-13.

LEVY-COSTA, R. B.; SICHERI, R.; PONTES, N. S.; MONTEIRO, C. A. Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 4, p. 530-540, 2005.

LIMA, F. E. L.; FISBERG, R. M.; UCHIMURA, K. Y.; PICHETH, T. Programa Bolsa-Família: qualidade da dieta de população adulta do município de Curitiba, PR. **Rev. bras. epidemiol.**, v. 16, n. 1, p. 58-67, 2013.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. **São Paulo: EPU**, v. 986, p. 99, 1986.

MARQUES, R. M. Política de transferência de renda no Brasil: a experiência do Bolsa Família. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, 2008.

MARTINS, A. M. Autonomia e educação: a trajetória de um conceito. **Cadernos de pesquisa**, v. 115, n. 1, p. 207-232, 2002.

MARTINS, R. D. O. Transferência de renda como fator preponderante na diminuição da desigualdade social no Brasil: os efeitos do Programa Bolsa Família. **Universidade de São Paulo**. São Paulo. v. 4, 2008.

MASON, J. **Qualitative researching**. Sage, 2002.

MATTOS, E.; PONCZEK, V. O efeito do estigma sobre os beneficiários de programas de transferência de renda no Brasil. São Paulo, 2007. (Working paper). Disponível em: [http://www.eesp.fgv.br/publicacao\\_detalhe.php?idPublicacao=481](http://www.eesp.fgv.br/publicacao_detalhe.php?idPublicacao=481). Acesso em: 21 jul. 2016.

MDS - MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Programa Bolsa Família – Manual de Gestão de Benefícios do Programa Bolsa Família**, 2. edição. Brasília, DF, 2008. Secretaria Nacional de Renda e Cidadania. Disponível em: [www.mds.gov.br/biblioteca](http://www.mds.gov.br/biblioteca). Acesso em: 20 jan. 2015.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Novos Estudos-CEBRAP**, n. 79, p. 5-21, 2007.

MENEZES, F.; GADELHA, E.; SANTARELLI, M.; BILLO, R.; COSTA, J. C.; AGUIAR, M. A. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas. **Rio de Janeiro: IBASE**, 2008.

MILL, J. S. **A sujeição das mulheres**. Tradução: Benedita Bettancourt. Coimbra: Almedina, p.7-31, 2006.

MILL, J. S. A sujeição das mulheres. **Revista Gênero**, v. 7, n. 1, 2013.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2000, 301 p.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010. 507 p.

MOREIRA, N. C.; ALMEIDA, A. L. T., FERREIRA, M. A. M.; MATTA, I. B. Programa de transferência de renda mínima e atividade complementar de renda: uma análise sobre o empoderamento das mulheres. **Revista de Ciências Humanas (Viçosa)**, v. 10, p. 198-210, 2010.

MOREIRA, N. C.; FERREIRA, M. A. M.; LIMA, A. A. T. F. C., CKAGNAZAROFF I. B. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Rev Adm Pública**, v. 46, n. 2, p. 403-23, 2012.

NUSSBAUM, M. Introduction. In: NUSSBAUM, M.; GLOVER, J. (Ed.). **Women, culture and development: a study of human capabilities**. Oxford: Oxford University Press, 1995. p. 1-34.

OSTERNE, M. S. F. **Família, Pobreza e Gênero: O Lugar da Dominação Masculina**. 1. ed. Fortaleza: EDUECE, 2001. 262 p.

PEIXOTO, F. L. S. Os significados do Programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória. **Fortaleza: UECE**, v. 193, 2010.

PRETTI, D.; URBANO, H. **A linguagem falada culta na cidade de São Paulo**. São Paulo: Queroz, 1988. 163p.

ROSENDO, D.; GONÇALVES, T. A. Direito à vida e a personalidade do feto, aborto e religião no contexto brasileiro: Mulheres entre a vida e a morte. **ethic@-An international Journal for Moral Philosophy**, v. 14, n. 2, p. 300-319, 2016.

SÁ, L. V.; OLIVEIRA, R. A. Autonomia: uma abordagem interdisciplinar. **Saúde, Ética & Justiça**, v. 12, n. 1/2, 2007.

SANTANA, J. A. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. In: SEMINÁRIO POPULAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE, 2007, Belo Horizonte, 2007. p. 1-19.

SCHRAIBER, L. B. Pesquisa qualitativa em saúde: reflexões metodológicas do relato oral e produção de narrativas em estudo sobre a profissão médica. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 63-74, 1995.

SEGRE, M.; LEOPOLDO, F.; SACHARAMM, F. R. O contexto histórico, semântico e filosófico do princípio de autonomia. **Revista Bioética**, v. 6, n. 1, 2009.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 409 p.

SILVEIRA, D. Relação de Pertença Entre Ética e Educação: O Significado Contemporâneo da Ética Aristotélica das Virtudes. **Revista de Ciências Humanas-Educação**, v. 5, n. 5, p. p. 189-212, 2012.

SIMMEL, Georg. **Filosofia del dinero**. Madrid: Instituto de Estudios Políticos, 1977. 286 p.

TAVARES, P. A. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e sociedade**, v. 19, n. 3, p. 613-635, 2016.

TEIXEIRA, C. G. A heterogeneity analysis of the Bolsa Família programme effect on men and women's work supply. **International Policy Centre for Inclusive Growth Working Paper**, v. 61, 2010.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M.; LIMA, F. E. L.; DOBRYKOPF, V. F. Qualidade da alimentação: percepções de participantes do programa bolsa família. **Ciência e Saúde Coletiva**. 17(3):687-694, 2012.

UNCTAD, Relatório de Economia Criativa. Economia Criativa: Uma Opção de Desenvolvimento Viável. **São Paulo**, 2010.

VALLE, I. R.; ROCHA, J. S.; ESCOBAR, T. P. Vozes do Bolsa família: autonomia, dinheiro e cidadania. **Linhas**, v. 16, n. 31, p. 325-330, 2015.

VIECELI, C. P. Mulher e trabalho no Brasil: características, avanços e permanências (1960–2009).



## **APÊNDICES**

## **Apêndice A - ROTEIRO DA ENTREVISTA**

### **Retrospectiva de vida:**

- 1- No ano de \_\_\_\_ (ano) a senhora passou a ser titular do Programa Bolsa Família. Como era a sua vida e de sua família antes do Programa Bolsa Família? Em relação a:
  - Trabalho fora ou em casa:
  - Abastecimento e despesas da casa:
  - 11Relação conjugal:

### **Vida atual com o Programa Bolsa Família:**

- 2- Em \_\_\_\_ (ano) a senhora passou a ser titular do Programa Bolsa Família e recebe até hoje. Poderia relatar como é atualmente sua vida ou de sua família? Em relação a:
  - Trabalho fora ou em casa:
  - Abastecimento e despesas da casa:
  - Relação conjugal:
- 3- A senhora poderia dizer como e o que é a alimentação da família?
- 4- Como é feita a escolha dos alimentos que são comprados? Quem na família influencia na decisão do que comprar (por quê?)
- 5- Que outros fatores influenciam na decisão do que vai ser comprado (por quê?);
- 6- Alguns alimentos acabam sendo cortados das compras quando o dinheiro acaba ou quando está pouco? Quais?
- 7- Hoje em dia, é possível atender as necessidades desta família/desta casa não com o Bolsa Família? Se não quais as necessidades não são atendidas?

### **Autonomia e gênero:**

- 8- O que é ser mulher? E como você vê o papel desempenhado pelas mulheres hoje?
- 9- Você considera que existam desigualdades entre homens e mulheres? Havendo atividades apropriadas para cada um?
- 10- Você acha que há diferenças quanto à tomada de decisões na casa e família entre homens e mulheres? Quais?
- 11- Você acha que o Programa Bolsa Família mudou a vida das mulheres? Se sim, em quê?
- 12- Por que você acha que as mulheres são as principais responsáveis pelo recebimento do benefício em nome da família?
- 13- E você o que acha de ter a posse do cartão? Quem decide o que fazer com o dinheiro do programa?
- 14- Alguém exerce um maior nível de autoridade na sua família? Se sim, quem e por quê?

### **Encerramento:**

- 15- O que o Programa Bolsa Família representa para você e sua família

## APÊNDICE B



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
**CENTRO DE EDUCAÇÃO E SAÚDE**  
**UNIDADE ACADÊMICA DE SAÚDE**  
**NÚCLEO DE PESQUISA E ESTUDOS EM NUTRIÇÃO E SAÚDE COLETIVA**



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Meu nome é \_\_\_\_\_ e gostaria de conversar com a senhora sobre uma pesquisa que estou fazendo pela UFCG. Em 2011 visitamos 359 domicílios do município de Cuité, inclusive o da sua família, e realizamos um conjunto de perguntas sobre a condição de vida do Sr (a) e de sua família. No ano de 2014, foi visitada novamente cada domicílio pesquisado em 2011. Agora em 2015 foram selecionadas 9 mulheres que se tornaram titulares do Programa Bolsa Família nos últimos 2 anos. A pesquisa está sendo realizada com objetivo de analisar as mudanças na situação social, familiar e alimentar na vida dessas mulheres.

Caso concorde novamente em participar da pesquisa será realizada uma entrevista com o a senhora, onde será perguntada como era sua vida antes do acesso ao programa e como é hoje em relação a alimentação e aquisição de bens. A participação da senhora não implica em nenhum benefício material como o recebimento de doações de alimentos ou a inclusão em programas governamentais.

A senhora não é obrigada a participar da pesquisa e se não participar isto não vai lhe trazer prejuízos. A senhora poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento e por qualquer motivo. Porém, se o a senhora aceitar ser entrevistado, o resultado dessa pesquisa vai ser muito importante para que se prossiga a análise dos efeitos dos programas sociais.

É garantido que apenas a pesquisador envolvido na pesquisa terá conhecimento das informações que a senhora nos der. Os resultados deste trabalho deverão ser divulgados em revistas científicas, mas com a garantia de que, em nenhuma circunstância, os entrevistados poderão vir a ser identificados. Se todas as suas dúvidas foram esclarecidas, pedimos o seu consentimento para incluir a senhor a como participante da pesquisa. Se tiver qualquer dúvida sobre o estudo, pode entrar em contato com a coordenadora da pesquisa: Natália Fernandes do Nascimento. **Email:** nathe\_fernandes16@hotmail.com

-----  
 Professor Responsável pela Pesquisa

**Prof. Ms. Poliana de Araújo**

Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Educação e Saúde /Unidade Acadêmica de Saúde/ Curso de Graduação em Nutrição Tel: (83) 3372-1960/ 3372- 1900

### AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE ENTREVISTA

Eu \_\_\_\_\_, concordo em colaborar com a realização da pesquisa intitulada Segurança Alimentar e Nutricional em município de pequeno porte: uma análise longitudinal das políticas públicas e da situação de insegurança alimentar da população nos termos acima descritos.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.

\_\_\_\_\_  
 Assinatura do entrevistador

\_\_\_\_\_  
 Assinatura da entrevistada

